



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E NOTARIAIS

1.2. Código E-mec:

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Tecnologia

1.5. Modalidade de Ensino: A Distância

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 4 Semestres

b) Mínimo CNE: Não Se Aplica

c) Máximo UFMS: 6 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 0 Horas

b) Mínima UFMS: 1600 Horas

1.9. Número Médio de Vagas por Polo:

3296 - Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais:

Polo de Campo Grande: 500 Vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Modelo de Funcionamento: 500

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A DISTÂNCIA

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso:

Polo de Campo Grande: Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Avenida Costa e Silva S/N - Bairro: Universitário

1.13. Forma de ingresso: Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e às especificidades do curso.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e



Tecnológica;

- Resolução nº 1, CNE/CES, de 11 de março de 2016, que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;
- Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
- Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília 2016;
- Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 137-Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS; e
- Legislação Profissional: Resolução Normativa CFA nº 505, de 11 de maio de 2017

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620 a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), instituiu departamentos e criou o Curso de Medicina. No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande, ainda no Estado de Mato



Grosso (MT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), em 1977, foi realizada a federalização da instituição, que passou a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com sede em Campo Grande, capital do Estado de MS. O Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá/MT, de acordo com ato do Conselho Diretor nº 5 de 9 de janeiro de 1980. Em 2001, foram implantados os Câmpus em Coxim/MS (CPCX), e em Paranaíba/MS (CPAR), ambos pela Portaria nº 403 de 12 de setembro de 2001. A Resolução do Conselho Universitário (COUN) nº 55 de 30 de agosto de 2004, que aprovou o Regimento Geral da UFMS, previu novas unidades setoriais acadêmicas nas cidades de Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

Em 2005, foram implantados os Câmpus em Chapadão do Sul/MS (CPCS), pela Resolução COUN nº 59 de 12 de dezembro de 2005, e em Nova Andradina/MS (CPNA), conforme a Resolução COUN nº 64 de 12 de dezembro de 2005. De acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, o Câmpus em Dourados/MS (CPDO) foi desmembrado da UFMS e transformado na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo a sua implantação em 1º de janeiro de 2006.

Em 19 de setembro de 2005, o Câmpus em Corumbá/MS (CPCO) passou a se chamar Câmpus do Pantanal (CPAN). Ainda, naquele ano, foram implantadas na Cidade Universitária, Campo Grande, a Faculdade de Medicina (FAMED), pela Resolução COUN nº 27 de 19 de setembro de 2005; a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), conforme a Resolução COUN nº 40 de 26 de outubro de 2005; e a Faculdade de Odontologia (FAODO), pela Resolução COUN nº 39 de 26 de outubro de 2005.

Em 2007, conforme Resolução COUN nº 60 de 24 de outubro de 2007, foi aprovada a proposta de participação da UFMS no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Em decorrência desta adesão, a UFMS ampliou a oferta de cursos de graduação a partir do ano letivo de 2009 em três novos Câmpus: Bonito (CPBO), implantado pela Resolução COUN nº 90 de 28 de outubro de 2008; Naviraí (CPNV) e de Ponta Porã (CPPP), implantados, respectivamente, pelas Resoluções COUN nº 89 e nº 88, ambas de 28 de outubro de 2008; na Cidade Universitária com a Faculdade de Direito (FADIR), Resolução COUN nº 99 de 10 de novembro de 2008, e a Faculdade de Computação (FACOM), segundo a Resolução COUN nº 44 de 21 de agosto de 2009.

Em 2013, foram criados, pela Resolução COUN nº 25 de 16 de abril de 2013, o Instituto de Física (INFI), o Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), bem como a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), em razão da reestruturação e respectiva desativação do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET). No ano de 2014, foi criada a Escola de Administração e Negócios (ESAN), Resolução COUN nº 96 de 05 de dezembro de 2014.

Em 2017, com a Resolução COUN nº 18 de 21 de março de 2017, foram criados o Instituto de Biociências (INBIO) e o Instituto Integrado de Saúde (INISA), bem como a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN); a Faculdade de Ciências Humanas (FACH); a Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), mediante a extinção dos Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e o do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Em 2019, a Resolução do COUN nº 50 de 27 de março, aprovou a extinção do Campus de Bonito.

A UFMS possui cursos de graduação e de pós-graduação, presenciais e a distância, nas vinte e cinco unidades acadêmicas setoriais, sendo dezesseis na



Cidade Universitária e nove Câmpus nos municípios de Aquidauana (CPAQ); Chapadão do Sul (CPCS); Corumbá, o Câmpus do Pantanal (CPAN); Coxim (CPCX); Naviraí (CPNV); Nova Andradina (CPNA); Paranaíba (CPAR); Ponta Porã (CPPP); e Três Lagoas (CPTL), além de atender a EaD em polos nos diversos municípios do Estado.

Outras unidades integram a estrutura da UFMS como a Base de Estudos do Pantanal e de Bonito, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, a Pantanal Incubadora Mista de Empresas, o Museu de Arqueologia, a Coleção Zoológica, o Biotério, os Herbários, a Micoteca, as Clínicas-escola de Psicologia, as Farmácias-escola, a Clínica de Odontologia, os Escritórios Modelo de Assistência Judiciária, os complexos culturais e poliesportivos (Estádio Esportivo Pedro Pedrossian, Teatro Glauce Rocha, dentre outros), com a finalidade de apoiar às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo e comunicação e possibilitar o desenvolvimento de atividades técnica, cultural desportiva e recreativa, além de oferecer laboratórios que servem de suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura organizacional da UFMS compreende os Conselhos Superiores quais sejam, Conselho Universitário (COUN), Conselho Diretor (CD), Conselho de Extensão, Cultura e Esportes (COEX) e o Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPP); as unidades da Administração Central (Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias); as Unidades da Administração Setorial (Câmpus, Faculdades, Institutos e Escola); e as Unidades Suplementares (Agências).

Destaca-se que a estrutura organizacional da UFMS foi reorganizada para melhorar a identidade e o diálogo institucional; aprimorar os procedimentos educacionais, científicos e administrativos simplificando canais e dando mais agilidade aos processos. Dessa forma, a estrutura tem se mostrado mais eficaz e apropriada, pois permite que seja dada mais atenção aos estudantes, tanto da Cidade Universitária quanto dos Câmpus.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Para concretizar sua missão e seus objetivos, a UFMS atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, firmando-se como instituição que interage na busca de soluções para o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul e da sociedade brasileira.

Assim, sua atuação abrange as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. Em busca do atendimento de sua missão, a UFMS propicia e disponibiliza ao ser humano, por meio dos cursos de graduação e de pós-graduação, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, com respeito a diversidade em um ambiente inclusivo.

### **3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)**

Na UFMS, a EaD iniciou-se informalmente no ano de 1991 por meio do Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática (GAECIM) no 1º Grau. O grupo era composto por professores dos então departamentos de Educação, Biologia, Física e Matemática e tinha como objetivo criar na UFMS um organismo interdisciplinar que oferecesse cursos a distância para qualificação dos professores da rede pública.

A Portaria nº 332, de 14 de agosto de 2000, oficializou a criação, implantação, divulgação e regimento interno da Assessoria de Educação Aberta e a Distância (AEAD). Com o avanço do acesso à internet, surgiram as primeiras



experiências de implantação de cursos de extensão e de especialização no âmbito da AEAD, em plataformas virtuais como o TelEduc e e-Proinfo.

O credenciamento da UFMS para oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância ocorreu no ano de 2001, com a Portaria do MEC nº 2.113, de 10 de setembro de 2001. Foram aprovadas as propostas do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Formação de Professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância.

A primeira oferta de graduação foi o Curso de Pedagogia para o polo de Bela Vista – MS. E primeira oferta de pós-graduação lato sensu foi o Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância, cujas vagas atenderam os profissionais da educação de municípios como São Gabriel do Oeste, Rio Brillhante, Camapuã, Campo Grande, além de técnicos da UFMS e comunidade em geral.

Após a implantação da graduação a distância, a UFMS concorreu ao Edital Público MEC/SEED – nº 1/2004 – Seleção de propostas para apoio financeiro à Educação Superior a Distância, passando a integrar dois Consórcios: o Pró-Formar e o Setentrional. No ano de 2005 a UFMS concorreu ao Edital nº 1/2005 da Secretaria de EaD do MEC, e foi aprovada para oferecer os cursos de Pedagogia; Pedagogia (Educação Especial); Pedagogia (para Educação de Jovens e Adultos), Letras (Português/Espanhol); Matemática e Administração Pública. Com a política de incentivo às atividades de EaD do MEC, a UFMS, a partir de 2006, integrou-se ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Concomitante às ofertas da UAB, a EaD/UFMS ofertou pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento para professores da educação básica por programas e projetos de EaD da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED/MEC), extinta em 2011; e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), extinta em 2019, financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2011, a UFMS passou por uma reestruturação e, de acordo com a Resolução nº 54, CD, de 10 de novembro de 2011, a CED/RTR, que era vinculada à Reitoria e funcionava como unidade de ensino voltou a fazer parte da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Desde então, a CED/RTR ofertou diversos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu no sistema UAB.

Em janeiro de 2017 por meio da Resolução Nº 2, Coun, de 20 de janeiro de 2017, criou-se a Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR), cuja estrutura concentrava a EaD, formação de professores e tecnologias educacionais, voltando a integrar-se à Reitoria. Em 2019, a gestão percebeu a necessidade de uma nova mudança na estrutura organizacional, a SEDFOR se transformou em Secretaria Especial de Educação a Distância (SEAD), também vinculada à Reitoria, com a definição de atividade meio, de apoio administrativo, tecnológico e pedagógico para ofertas de EaD, não só por meio da UAB, mas com abertura para outras parcerias e focalizando seus esforços principalmente na implementação da EaD e da Educação Digital nos cursos presenciais.

No final de 2020, início de 2021, com a nova reestruturação institucional aprovada pela Resolução nº 76, Coun, de 29 de dezembro de 2020, foi criada a Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD), com duas secretarias: Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais (SETEC) e Secretaria de Inovação Pedagógica Digital (SÉPED). Essa mudança traz uma proposta de transformação digital e também cultural para todas as frentes de atuação da universidade, mobilizando conhecimentos e habilidades do mundo digital para a formação de profissionais em todas as áreas.

### 3.3. HISTÓRICO DO CURSO

Este Curso Superior de Tecnologia foi criado através da RESOLUÇÃO Nº 213-COUN/UFMS, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022, vinculado ao Programa



Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação (Resolução nº 387, Cograd, de 19 de novembro de 2021) sobre a coordenação da Agência de Educação Digital e a Distância (Agead) da UFMS.

O Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação tem como objetivo elevar a taxa de matrícula na Educação Superior, assegurada a qualidade da oferta de novos Cursos de Graduação, em caráter temporário, apoiados em metodologias e práticas inovadoras de Educação Digital e a Distância, com aprimoramento dos currículos com estratégias e recursos empregados alinhados a uma proposta de avaliação da aprendizagem focada no desenvolvimento de competências e habilidades, no pensamento crítico e criativo.

O primeiro ingresso está previsto para o período letivo de 2023.1 (Vestibular UFMS Digital 2022 + SISU 2023.1)

#### 4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

##### 4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

A cidade de Campo Grande é o grande centro de serviços do estado de Mato Grosso do Sul, ocupando uma área de 8.092.951 Km<sup>2</sup> (oito milhões e noventa e dois mil e novecentos e cinquenta e um quilômetros quadrados). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade é de 0,784, superior ao IDH nacional de 0,699 segundo dados de 2010. Com uma população de 906.092 (novecentos e seis mil noventa e dois) habitantes em 2020, possui um PIB per capita de R\$ 32.942,46 e salário médio mensal de 3,6 salários mínimos. A taxa de mortalidade infantil média no município é de 8,76 para 1.000 nascidos vivos e as internações devido a diarreias são de 0,1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado do Mato Grosso do Sul, fica nas posições 40 de 79 e 73 de 79, respectivamente. Quando comparado aos municípios de todo o país, essas posições são de 3401 de 5570 e 4734 de 5570, respectivamente.

Corumbá é a terceira cidade mais importante do Estado em termos econômicos e em população (depois de Campo Grande e Dourados), e a primeira em cultura. Apesar de o setor industrial ser incipiente, a arrecadação gerada por ele supera os setores de pecuária e agricultura. Na indústria de transformação, é representativa a produção de cimento, calcário, laticínios e os estaleiros. Segundo o IBGE, Corumbá tem 98 indústrias de transformação, os principais ramos são: indústria extrativa, entreposto de pescado, frigorífico de bovinos, produção de cimento, produção de concreto, calcário, mineradoras, metalúrgica, produtos alimentícios, minerais não metálicos, editorial e gráfica, madeira, perfumaria, sabões e velas, álcool etílico e vinagre. Em 2016, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,6% da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Corumbá é 0,700 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Em 2015, os alunos dos anos finais tiveram nota de 3.9 no IDEB. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94,7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 66 de 79 dentre as cidades do Estado.

Segundo o IBGE, em março de 2017, Três Lagoas saltou de quarta, para segunda posição no ranking do PIB dos municípios de Mato Grosso do Sul, a taxa de crescimento entre 2010-2016 atingiu 123% para alcançar os respectivos R\$ 8,7 bilhões, uma média de crescimento de 10,6% ao ano. Esse volume expressivo, ainda conforme o relatório do NPE/TL, é resultado dos atuais investimentos em cadeias produtivas globais de celulose e soja e demais investimentos que confirmam a segunda maior economia de estado, atrás apenas de Campo Grande. O IDHM foi de 0,744 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,505 em 1991 para 0,744 em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,488 para 0,729. Isso implica em uma taxa de



crescimento de 47,33% para o município e 49% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 51,72% para o município e 53,85% para a UF. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (crescimento de 0,342), seguida por Longevidade e por Renda. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais é de 89,71%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 52,02%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 38,94%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram respectivamente em 57,92 pontos percentuais, 39,69 pontos percentuais e 23,80 pontos percentuais. Em 2015, os alunos dos anos finais da rede pública municipal tiveram nota de 3.9 no IDEB. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos finais, colocava a cidade na posição 51 de 79. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97,5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 32 de 79 dentre as cidades do estado e na posição 2.904 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Para além de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, este Curso de Graduação será ofertado também nos demais campus da UFMS, tais como: Campus de Aquidauana, Campus de Chapadão do Sul, Campus de Coxim, Campus de Naviraí, Campus de Nova Andradina, Campus de Paranaíba e Campus de Ponta Porã.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2019 do Ministério da Educação, havia 35 Instituições de Ensino Superior (IES) em Mato Grosso do Sul, sendo 02 Universidades Federais (UFMS e UFGD), 01 Instituto Federal, 01 Estadual (UEMS) e 31 privadas. Na capital eram 13 IES, sendo 2 públicas e 11 privadas. Juntas as IES oferecem 545 cursos de graduação com 28.973 vagas.

#### 4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul insere-se em um quadro econômico reconhecido, tradicionalmente, como agropecuário, possuindo um dos maiores rebanhos bovino do país e sendo apontado, pelas estatísticas oficiais, como o maior produtor de determinadas **commodities**. Este potencial se complementa com o fato de, além de abrigar o ecossistema Cerrado, tem, também, o ecossistema do Pantanal, reconhecida, mundialmente, como uma reserva ecológica planetária importantíssima. O estado ainda guarda uma peculiaridade geográfica que potencializa as oportunidades organizacionais e empresariais, no âmbito do Mercosul, igualmente, no que se refere à logística de transporte, que facilita o aumento considerável do fluxo de mercadorias a serem negociadas com os países vizinhos, como Bolívia, Paraguai, Peru e Chile.

Ademais, a estratégica posição geográfica em que se situa, próxima dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná tem-se revelado um espaço fértil e promissor, no que tange ao desenvolvimento de diversos segmentos industriais, inclusive com a recente inserção do Estado como polo agroindustrial e de geração de energia, para com o resto do país. Este é o ambiente com que o futuro Tecnólogo terá que lidar, além do conhecimento e compreensão das políticas públicas envolventes, em especial, as relativas à Região Centro-Oeste. Estatísticas oficiais demonstram que a integração de Mato Grosso do Sul tem sido, consideravelmente, crescente, maior em relação às demais regiões econômicas do país, quer seja como uma comunidade produtiva de bens e serviços, bem como consumidora desses importados das demais regiões do país.

Por outro lado, importa colocar em destaque a crescente demanda por um curso dessa natureza: com adolescentes e jovens, ávidos pelo ingresso em um curso superior, na capital do Estado, que lhes ofereça a oportunidade de participar do progresso pessoal, da família, como cidadão, e agente promotor de desenvolvimento da região e do país, na análise e tratamento de informações e dados.

Como colocado, há perspectivas bastante otimistas para se acreditar na superação dos problemas socioeconômicos do Estado de Mato Grosso do Sul, em





virtude de constituir-se em um polo privilegiado para promover a integração comercial na região, sobretudo, como já dito, por sua posição geográfica em relação ao Mercosul, proximidades com a sede do poder central brasileiro e as suas potencialidades turísticas.

#### 4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

Este Curso Superior de Tecnologia, acompanhando o desenvolvimento socioeconômico e cultural regional, nacional e internacional, verificou a importância da formação de agentes de mudanças e do contexto sócio-político, cultural e econômico, devido o seu comprometimento com a formação de profissionais éticos, que venham desempenhar suas habilidades na inovação dos processos das organizações com visão de gestores empreendedores.

O processo de mudança vivenciado pelo homem e suas organizações nas últimas décadas, caracterizado por rápidas modificações nos padrões de comportamento, na inserção tecnológica nos processos produtivos e sociais, de relações econômicas e valores éticos, impõe que sejam definidos e implementados novos mecanismos de ajustes no sistema educacional, afim de que essas inovações possam ser incorporadas às atividades de ensino profissional, pesquisa e extensão. Ao mesmo tempo em que ocorrem as mudanças no ambiente educacional, os condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul evidenciam uma gama de possibilidades de atuação profissional com novos perfis, formados por diversos campos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Fato que o Direito está intrinsecamente ligado às relações humanas e sociais. Estabelecem entre si relações familiares, relações de trabalho, relações sociais, relações religiosas, relações culturais e em todas estas relações são reguladas por regras. Quanto mais seres humanos habitantes em determinada sociedade maior a incidência de conflitos e necessidade de regras. Assim, as profissões que demandam conhecimento jurídico crescem exponencialmente para além das atividades privativas de advogados, juizes, promotores e demais profissões que requerem o grau de bacharel.

Observa-se a deficiência no mercado de trabalho no Brasil, e na região de Mato Grosso do Sul, de profissionais de nível técnico que tenham conhecimento na área jurídica, podendo auxiliar tanto as empresas públicas e privadas, órgãos da administração pública, delegatários de serviço público, assim como os escritórios de advocacia e cartórios, proporcionando a melhoria dos serviços prestados.

Paralelamente, apesar do emprego no setor público federal ter sido pouco afetado pela paralisação econômica do país ocasionada pela pandemia COVID19, a queda do setor de serviços aumentou o desemprego acima da média nacional (15,6% contra 14,6% média nacional), de acordo com os dados do IBGE/PNAD. Tal fato afeta o ingresso na educação superior, e segundo estudo do Instituto Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do país, registra que somente 18% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em alguma instituição de ensino superior. Ademais, a pandemia fez com que em 2020 e 2021, as taxas de evasão das universidades privadas apresentassem as maiores de toda a série histórica.

Ainda, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, a cada dez jovens de 15 a 17 anos dos domicílios mais ricos, nove estavam no Ensino Médio. Mas apenas sete a cada dez residentes nos lares mais pobres frequentam a escola na etapa adequada. Em 2020, 41,2% dos jovens de 19 anos pertencentes a famílias com faixa de renda mais baixa não concluíram o Ensino Médio.

Existe um abismo entre os jovens que terminam o ensino médio, ingressam no ensino superior e que terminam. Conforme a 12ª edição (2022) do mapa da educação superior, foram 3,42 milhões de alunos os estudantes que não concluíram o ensino superior em 2021, equivalente a 36,6%.

Ao trazer os dados para a análise da profissão jurídica, tais dados vêm demonstrar a necessidade de uma formação intermediária entre o ensino médio e o



ensino superior na modalidade de bacharelado em Direito, qual seja o CST em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais.

Ao considerar os cartórios, nos últimos 7 anos, foram arrecadaram quase o mesmo que toda economia do Paraguai arrecada em 1 ano (PIB de aproximadamente US\$ 30 bilhões) e mais que 5 vezes a economia do Suriname (US\$ 4 bilhões), totalizando mais de 97 bilhões de reais. Além disso, com o movimento de desjudicialização que consiste em promover a resolução de conflitos sem que haja a necessidade de apelar para a esfera judicial, os serviços jurídicos não privativos de advogados aumentaram significativamente.

Este processo de transferência de serviços para os cartórios extrajudiciais que antes só poderiam ser feitos pela Justiça (desjudicialização), tem por objetivo trazer celeridade às ações que não envolvem litígio e contribuir para a redução da crescente pressão sobre os tribunais, aumentando a demanda de profissionais com conhecimento jurídico.

De acordo com estudos da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG (2021) são 91 países que possuem Cartórios, que atuam no mesmo sistema jurídico vigente no Brasil, chamado de Direito Latino, sendo 7 entre as 10 maiores economias do mundo (Alemanha, França, Japão, China, Rússia, Indonésia e Brasil); são 13.440 Cartórios distribuídos pelos 5.570 municípios brasileiros que, obrigatoriamente, conforme determina a Lei nº 6.015/1973, devem ter ao menos uma unidade de Registro Civil instalada para a execução dos atos de nascimentos, casamentos e óbitos.

Com isso, considerando exclusivamente a demanda atual dos cartórios, são 125.764 pessoas empregadas direta ou indiretamente pelos Cartórios de Notas e de Registro em todo o Brasil.

Reforçando a demanda, em termos de matrículas efetivas, pode-se destacar a progressiva queda de 14,3% do ensino presencial e o aumento de 45,7% no número de ingressantes em EaD, no período de 2014 a 2019. Sendo nítido, neste contexto, que a modalidade em EaD consolida-se como a melhor opção de demanda por ensino superior, atualmente. A elevada procura de pessoal com maior formação por todos os setores econômicos, ressaltando a Indústria e Serviços, os maiores receptores de profissionais, tende a incrementar sua demanda.

No estado de Mato Grosso do Sul ainda não há oferta pública e gratuita deste Curso Superior em Tecnologia. A partir deste Curso (com início em 2023.1), todas as possibilidades aventadas anteriormente estão sendo construídas e disponibilizadas para todos os campus da UFMS e da Cidade Universitária, bem como vislumbrando possibilidades de atender a estudantes de todo o Brasil e mundo

## 5. CONCEPÇÃO DO CURSO

### 5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

Os componentes curriculares do Curso foram concebidos a fim de contribuir para a formação específica do egresso, cobrindo várias dimensões do conhecimento necessárias a um profissional da área, principalmente em um contexto de rápidas mudanças. As principais dimensões que permeiam o processo formativo no Curso são: técnica, política, desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social.

#### 5.1.1. TÉCNICA

Para atuação como Tecnólogo em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais, são fundamentais:

- Noções das teorias da administração e de organização judiciária;
- Procedimentos judiciais, organização judiciária, atividades notariais e registrais;
- Capacidade de gerenciar e operacionalizar procedimentos judiciais, notariais e registrais;
- Capacidade de assegurar a sustentabilidade, atendimento às normas



técnicas; e

- Liderança de equipes, habilidade de gerir conflitos e solucionar problemas técnicos.

No desenvolvimento desse perfil foram levadas em considerações diversos referenciais, inclusive o foco na interdisciplinaridade que permite o desenvolvimento de soluções aptas a atender demandas das mais diversas áreas do conhecimento. Dentre estes referenciais técnicos, elencamos:

1. Formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural;
2. Formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares;
3. Trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular;
4. Foco nas dinâmicas de inovação científica, tecnológica, artística, social e cultural, associadas ao caráter interdisciplinar dos desafios e avanços do conhecimento;
5. Permanente revisão das práticas educativas, tendo em vista o caráter dinâmico e interdisciplinar da produção de conhecimentos;
6. Prática integrada da pesquisa e extensão articuladas ao currículo;
7. Vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica;
8. Mobilidade acadêmica e intercâmbio interinstitucional;
9. Reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos;
10. Estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual e ao espírito inventivo, inovador e empreendedor;
11. Valorização do trabalho em equipe.

#### 5.1.2. POLÍTICA

A Dimensão Política diz respeito à formação de um sujeito capaz de compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social e o ambiente do trabalho. Diz respeito a compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social e as diferentes formas de manipulação para a consecução dos objetivos de classe.

A dimensão política faz referência às relações que se estabelecem durante o processo de formação dos acadêmicos. Tais relações deverão propiciar uma postura reflexiva, que levará o estudante a repensar suas posturas, tanto no Curso, quanto na vida em sociedade. Tal dimensão será desenvolvida de forma interdisciplinar entre as atividades propostas pelo Curso, tais como disciplinas optativas e eventos científicos e acadêmicos.

#### 5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Esta dimensão envolve as atividades e experiências propiciadas aos estudantes que lhes permitirão o desenvolvimento pessoal e profissional. Nesta dimensão o Curso desenvolverá as seguintes atividades:

- Oficinas com docentes da UFMS e com profissionais de diferentes campos profissionais sobre temáticas específicas;
- Atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes;
- Semanas acadêmicas e de desenvolvimento pessoal e profissional; e
- Contabilização de carga horária em Atividades Complementares de atividades que atendam aos centros de interesse dos estudantes.

#### 5.1.4. CULTURAL

A dimensão Cultural visa propiciar temas que influenciam no



desenvolvimento do acadêmico, sendo o desenvolvimento cultural participante disto. Para isso, o Curso terá apoio da Pró-Reitoria competente, no sentido de envolver e propiciar a participação dos discentes nas atividades ligadas à Extensão, Cultura e Esportes. Nesse quesito, são realizadas Semanas dedicadas a cultura e ao esporte com amplas possibilidades de participação dos estudantes.

#### 5.1.5. ÉTICA

Este Curso Superior de Tecnologia tem grande preocupação e se esforça para formar um profissional apto a exercer sua atividade profissional de forma ética e comprometida. As ações voltadas a ética profissional permeiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo trabalhadas conjuntamente com as ações de desenvolvimento pessoal e profissional.

No âmbito das atividades de pesquisa, o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) é o apoio institucional para garantir e orientar o comportamento ético nas pesquisas desenvolvidas pelos discentes e docentes do Curso.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço n. 5, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do Comitê.

A cada semestre, nas reuniões pedagógicas com os docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas, será enfatizada a necessidade de incluir momentos ao longo do semestre para a conscientização dos estudantes acerca do comportamento ético em todos os espaços sociais. As oportunidades para reflexão sobre o tema consistem nas orientações de como os trabalhos devem ser preparados, na correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisa, no respeito à interação acadêmica (com os professores, técnicos e demais cursistas), no respeito e observância aos prazos, e nas outras dimensões da integridade na ciência, como o repúdio ao plágio e à cópia ilegal de respostas.

#### 5.1.6. SOCIAL

A dimensão Social deve ser considerada como essencial no desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes nos futuros profissionais. Dentre as competências que o Curso pretende desenvolver nesta dimensão estão aquelas ligadas as relações pessoais, interpessoais, convivência em grupos, autoconhecimento, autodeterminação, respeito, iniciativa, determinação, gerenciamento de conflitos, visão organizacional e respeito as diferenças.

As estratégias utilizadas no desenvolvimento de competências nessa dimensão incluem, mas não estão restritas, ao fomento às atividades realizadas em grupo, e ainda, a adoção de métodos de aprendizagem ativa, principalmente baseadas no desenvolvimento de projetos, em processos de ensino-aprendizagem que enfatizem a participação individual e coletiva na construção do conhecimento.

## 5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES



A interdisciplinaridade está presente desde a concepção do Curso. Assim, os conteúdos tradicionalmente trabalhados em disciplinas isoladas são interligados, sendo incentivados no Curso o desenvolvimento de palestras, atividades avaliativas e visitas técnicas vinculadas a duas ou mais disciplinas. Desta forma, ocorre um salutar processo de diálogo entre docentes, acadêmicos, e eventualmente, participantes externos, em torno das questões previstas nas ementas de cada disciplina.

Eventos acadêmicos também são realizados com o objetivo de promover a interdisciplinaridade. Semanas, **workshops** e jornadas permitem a integração de conhecimentos e saberes provenientes de duas ou mais disciplinas do Curso.

Temas transversais também são tratados em uma ou mais disciplinas, obrigatórias ou opcionais, tais como Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, História Africana, Indígena e Afro-brasileira e Relações Étnico-Raciais. A discussão sobre tais temas ocorre mediada por exemplos, exercícios, situações de ensino, trabalhos produzidos pelos alunos, dentre outras práticas.

### 5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O Colegiado Especial de Curso promoverá as seguintes ações para promover a integração entre as componentes curriculares:

- Reuniões pedagógicas entre os docentes antes do início de cada semestre letivo, para alinhamento das ações possíveis de integração entre os componentes curriculares. Tais reuniões também terão como objetivo o levantamento das possibilidades de ações coletivas que visem promover a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares.
- Incentivo à produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares.
- Coleta de percepções dos cursistas sobre o Curso e as suas disciplinas, visando o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizado.
- Incentivo à participação de docentes e discentes em eventos científicos e em eventos que aproximem a comunidade acadêmica e a profissional.
- Fomento à participação docente e discente em projetos de extensão, de ensino e de pesquisa, preferencialmente naqueles que também envolvam os discentes dos cursos de Mestrado e Doutorado.

### 5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

**O Tecnólogo em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais será habilitado para:**

- Atuar na organização, na gestão e no controle de procedimentos operacionais nas diferentes áreas judiciais e administrativas;
- Pesquisar, analisar e estudar o planejamento e execução de projetos;
- Gerenciar informações e ações de determinações judiciais; e
- Lavrar e registrar documentos.

#### **Locais e ambientes de trabalho:**

- Empresas e organizações privadas e públicas; e
- Escritórios de advocacia Órgãos públicos e políticos.

### 5.5. OBJETIVOS

#### **Objetivo Geral**

- Formar profissionais para atuação e execução de serviços de apoio



técnico administrativo e de suporte, exercendo atividades não privativas de advogados, em escritórios de advocacia, auditoria jurídica, recursos humanos e em departamentos administrativos de organizações públicas e/ou privadas, bem como gestão de escritórios de advocacia, departamentos jurídicos, cartórios e tabelionatos.

### **Objetivos Específicos**

- assumir as funções gerenciais dos serviços notariais e jurídicos em departamentos e organizações afins;
- atuar na gestão dos serviços jurídicos e notariais, no que diz respeito à organização e administração dos processos administrativos internos;
- auxiliar na gestão de pessoas, no desenvolvimento e na gestão de organizações de serviços jurídicos e notariais;
- auxiliar o profissional jurídico responsável no cumprimento das determinações legais e judiciais;
- auxiliar na execução de serviços de auditoria jurídica;
- gerenciar e arquivar processos e documentos técnicos;
- analisar e interpretar legislação e determinações judiciais relativas a processo civil, processo penal e processo administrativo;
- prestar atendimento ao público; e
- zelar pela integridade física dos autos e demais documentos, guardando-os de forma a preservar o sigilo e os interesses das partes.

### **5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO**

Para um setor que se desenvolve extremamente rápido e no qual sobram vagas de trabalho, é importante alinhar o modelo de formação dos novos profissionais com as demandas atuais e tendências futuras, sob pena de não conseguir alcançar o desenvolvimento tecnológico. O Curso foi desenvolvido buscando mesclar uma base de conceitos teóricos com disciplinas e atividades práticas para permitir ao aluno encontrar claramente seu perfil no mercado de trabalho, seja ele no setor privado, público ou através de empreendedorismo.

A relação entre o perfil desejado e o currículo apresentado para o Curso, apresenta-se não apenas como um conjunto de disciplinas, mas se estabelece, sobretudo, por meio do conjunto articulado destes componentes curriculares com as Atividades Complementares. As Atividades Complementares permitem uma ampliação das possibilidades formativas, para além daquelas usualmente esperadas nos componentes curriculares. Assim, materializam e atribuem significado ao conjunto mais amplo de conhecimentos, desde aqueles associadas à lógica e a razão (ciência) até aqueles associados à emoção e sentimento (arte).

O Curso incentiva que o docente eleja a metodologia de ensino de acordo com os objetivos educacionais de cada disciplina. Assim prioriza-se a diversificação das metodologias com vistas a proporcionar a apreensão de conteúdo pelos discentes, levando em consideração os diversos estilos de aprendizagem, bem como as competências, habilidades e atitudes que se pretende desenvolver em cada disciplina. De forma geral, dentre as possíveis metodologias, são elencadas as seguintes: aula expositiva; casos de ensino, resolução de problemas, exercícios, atividades individuais e em grupo, seminários, estudos dirigidos, dramatização, pesquisa, filmes, visitas técnicas, discussões em grupo, projetos.

Ao traçarmos a metodologia de ensino, neste projeto, é relevante considerar que, por se tratar de um curso na modalidade a distância, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorrerão com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação em que o desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação se dão em lugares e tempos diversos. Nesse sentido, consideramos que o processo de ensino e de aprendizagem acontecerão em rede, envolvendo



estudantes, docentes, tutores e coordenação, numa relação que valoriza a subjetividade desses atores e a participação democrática efetiva. Do mesmo modo que favoreça a articulação e a interação entre a presencialidade e a virtualidade.

Assim, as seguintes metodologias de ensino também poderão ser utilizadas: Aulas expositivas (apoiadas por equipamentos audiovisuais); Aulas com atividades individuais ou em grupo; Estudos com questionários ou listas de exercícios; Aulas práticas em laboratórios; Projetos individuais ou em grupo; Estudos dirigidos individuais ou em grupo; Apresentação de seminários pelos acadêmicos; Grupos de discussão e debates; Estudos de caso; Leitura de artigos técnicos e científicos; Uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem para leitura de textos, discussões e realização de atividades; Elaboração de textos, relatórios, monografias e artigos científicos; Atendimento extraclasse pelos professores; Atendimento extraclasse por monitores de ensino; Realização de pesquisa bibliográfica (em livros e artigos de conferências e periódicos) na biblioteca da instituição e em recursos disponíveis através da Internet (como o Portal Capes); Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem e outras ferramentas; Realização de estágios; Visitas técnicas; Realização de Atividades Complementares; Participação em monitorias de ensino (com o acadêmicos atuando como agente difusor do conhecimento); Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, sob orientação de docentes do Curso; Participação em programas de Iniciação Científica; Participação em eventos técnicos e/ou científicos (como palestras, seminários, jornadas, minicursos, encontros, fórum, congressos, entre outros); Participação em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional; Participação na organização de eventos técnicos e/ou científicos locais; Participação em cursos de línguas estrangeiras (oferecidos pela UFMS); Participação em eventos culturais; Participação em atividades de extensão de caráter social e comunitário.

O ensino e aprendizagem em rede configuram-se por premissas fundamentadas seguindo o pensamento de Pontes (2010), em que a educação tecnológica pode se dar pelo diálogo, em oposição à transmissão e à verticalização assimétrica dos conteúdos e do conhecimento; predominância da ação colaborativa e cooperativa entre os sujeitos sob à individualizada; aprendizagem que leve ao trabalho reflexivo, ao invés de mero acúmulo de informações; a comunicação em rede deve voltar-se à convivência e não ao isolamento individualista; e, enfim, a compreensão de uma educação a distância transformadora em vez de uma atividade reprodutora de conhecimentos que não tem compromisso com a mudança da realidade dos educandos.

O Presidente de Colegiado Especial de Curso será responsável pela mediação e articulação entre os tutores, docentes e estudantes, por meio de diálogo constante e avaliações periódicas, buscando a solução de problemas e possível redimensionamento das ações. Caberá a ele garantir o desenvolvimento articulado do Curso, promovendo um intercâmbio entre os professores, de maneira que possam desenvolver suas disciplinas em consonância com os seus pares, isso porque para o estudante será importante estabelecer conexões entre as diversas disciplinas e a realidade social das instituições educativas.

O Presidente de Colegiado Especial de Curso estimulará os professores a lançarem mão de metodologias que promovam uma formação mais dinâmica e conectada com a realidade, para isso devem buscar respaldarem-se em pesquisas que apontam alternativas metodológicas que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos estudantes. Sua ação também é importante para o reconhecimento da importância do Curso. Os diálogos entre coordenador, tutores, docentes e acadêmicos ocorrerão por meio de reuniões presenciais e a distância, realizadas duas vezes no semestre, ou quando houver necessidade, em que serão apresentadas as avaliações dos estudantes, tutores e docentes sobre o andamento das ações didático-pedagógicas do Curso. Nas reuniões serão apresentadas, também, os resultados da autoavaliação institucional, quando for o caso, para que seja possível dar retorno a todos os segmentos envolvidos, dos problemas relacionados ao desenvolvimento do Curso. Ainda, será criada, no Ambiente Virtual



de Aprendizagem, uma ferramenta de integração e interação do Curso em que estudantes, tutores, docentes e coordenação poderão estabelecer um diálogo constante para incrementar e resolver problemas referentes ao Curso. Os resultados da autoavaliação institucional também são essenciais para a promoção de melhorias e ajustes no AVA UFMS.

Serão usadas metodologias para contemplar os alunos com necessidade de atendimento especial, com dificuldade de aprendizado, transtorno do espectro autista ou superdotado, sendo que a metodologia dependerá do tipo de necessidade especial conforme Lei nº 12764/2012. Assim, serão considerados os princípios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa oferecer meios para que os grupos citados (pessoas com deficiências, altas habilidades e TEA) possam ter subsídios que garantam mais que o acesso, mas a permanência e o sucesso na formação do Ensino Superior. Essas ações ocorrerão em parceria com a Seaaf/Proaes e os professores do Curso Superior de Tecnologia da Informação.

Para que haja a articulação e a mediação do conhecimento, o desenvolvimento do Curso dar-se-á por meio do AVA UFMS, em que os estudantes terão acesso aos materiais das disciplinas, bem como as orientações e atividades a serem realizadas. Serão agendados encontros presenciais e encontros síncronos e assíncronos a distância, por meio de ferramentas de interação síncrona por vídeo, **webconferências**, videoaulas, **chats**, **emails**, grupos de mensagens instantâneas para que possibilitemos a interlocução entre estudantes/trabalhadores, professores e tutores.

## 5.7. AVALIAÇÃO

A avaliação neste Curso Superior de Tecnologia segue as normativas emitidas pela Pró-Reitoria competente, principalmente no que tange aos prazos estipulados em calendário acadêmico próprio. O processo de avaliação é um momento pedagógico importante e somente será mais apropriado e útil se os estudantes se apropriarem para corrigir seus hábitos de estudo e aprofundarem-se nos conteúdos que apresentarem maiores dificuldades. Dessa forma, no Curso, os docentes são incentivados a corrigir a prova e demais atividades em momentos síncronos, juntamente com os estudantes, para que esses possam identificar suas deficiências e os docentes possam corrigi-las e supri-las.

Nas atividades de ensino, os estudantes serão avaliados quanto à compreensão do conteúdo e quanto ao desenvolvimento das funções cognitivas superiores. O aproveitamento da aprendizagem é verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino cadastrado de cada disciplina.

A verificação do rendimento acadêmico será realizada por meio de instrumentos de avaliação. O número e a natureza dos instrumentos e das avaliações acadêmicas deverão ser os mesmos para todos os acadêmicos matriculados na turma. O rendimento do acadêmico poderá ser avaliado por meio de atividades acadêmicas: avaliações, trabalhos práticos, seminários, debates, pesquisa, visitas técnicas e outros exigidos pelo docente responsável pela disciplina, conforme programação no Plano de Ensino cadastrado.

As avaliações deverão envolver questões nos níveis da aplicação, da síntese, da análise e da avaliação e ainda envolver questões que levem os estudantes a construir soluções para problemas abertos, situações contextualizadas e exigir do estudante um posicionamento frente à situação proposta.

Cabe ao Colegiado Especial de Curso estabelecer as medidas pedagógicas para correção e prevenção de altos índices de reprovação e baixos rendimentos em avaliações. Ao Núcleo Docente Estruturante cabe avaliar os Planos de Ensino, bem como as Atividades de Ensino e o acompanhamento do desempenho dos estudantes. As avaliações dos estudantes tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, baseando-se nela para fazer a avaliação das competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos. Embora exista um sistema de avaliação para toda Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,





com orientações gerais que devem ser consideradas no processo avaliativo, especialmente em termos de períodos e notas, a avaliação dos alunos, se dá de forma contínua, não se limitando a instrumentos como provas tradicionais, mas incentivando e valorizando a participação do estudante e as tecnologias digitais. Tanto a teoria como as práticas são avaliadas e valorizadas, gerando a nota final do acadêmico e permitindo sua reflexão e ação.

Serão usadas metodologias para contemplar os alunos com necessidade de atendimento especial, com dificuldade de aprendizado, transtorno do espectro autista ou superdotado, sendo que a metodologia dependerá do tipo de necessidade especial, conforme a legislação aplicável. Assim, serão considerados os princípios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa oferecer meios para que os grupos citados (pessoas com deficiências, altas habilidades e TEA) possam ter subsídios que garantam mais que o acesso, mas a permanência e o sucesso na formação do Ensino Superior. Essas ações ocorrerão em conjunto com a Pró-reitoria responsável, nos termos do Manual de Competências da UFMS, e ainda, com os professores do Curso.

## 6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

### 6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

### 6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;



IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

### 6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Este Curso Superior de Tecnologia é vinculado ao Programa Especial de Educação Digital e Inovadora (Resolução Cograd nº 387/2021) onde a coordenação geral é responsabilidade da Agência de Educação Digital e a Distância - Agead.

De acordo com o Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução Nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021 (Art. 15), os Cursos de Graduação vinculados a Programas Especiais têm como órgão deliberativo e normativo o Colegiado Especial de Curso. Além disso, os membros docentes do Colegiado Especial de Curso deverão ser integrantes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, lotados em qualquer Unidade da UFMS, designados pelo Reitor, e por fim, a Coordenação de Curso será responsabilidade do Presidente do referido Colegiado Especial.

### 6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2021.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de Curso de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Secretaria de Controle Escolar (Seconte), divisão subordinada à Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (Digac), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante à instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição. A mesma ata é impressa e, depois de assinada, eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso (Presidência do Colegiado Especial de Curso) tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do curso, por meio dos seguintes relatórios:



- acadêmicos por situação atual;
- acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o curso ou no período letivo atual;
- relação dos acadêmicos por disciplina;
- relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no curso comparando seu desempenho individual com a média geral do curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Secretarias de Apoio Pedagógico (SAP) dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessárias às reuniões dos colegiados de Curso, providenciar a publicação homologados nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, distribuição de disciplina, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo colegiado especial de Curso. Além disso, o Colegiado Especial de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do PPC para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

## 6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS. Estão vinculadas à Proaes: a Diretoria de Assuntos Estudantis (Diaes) e a Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil (Diiest). A Diaes é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação, saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Assistência Estudantil (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil da UFMS;
- Secretaria de Espaços de Alimentação (Seali): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à alimentação dos estudantes oferecidas nos espaços da UFMS;
- Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A Diiest é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas de ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes no âmbito da UFMS. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Sedepe): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento



- profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação de estágio dos estudantes da UFMS.
- Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS.
  - Secretaria de Formação Integrada (Sefi): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e a integração destes na vida universitária visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Unidade, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte da UFMS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFMS. Por meio da Secretaria de Iniciação Científica e Tecnológica (Seict) a Propp gerencia e acompanha os programas institucionais, projetos e bolsas de Iniciação Científica, nas diferentes modalidades, desenvolvidas na UFMS, tais como os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti).

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS. A Prograd promove a participação dos acadêmicos em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento. O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease)/Proaes para o atendimento psicológico e outras providências. No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a Coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos alunos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento. O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia, na Unidade Setorial, ou diretamente à Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para



orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Com relação aos mecanismos de nivelamento, a opção adotada neste projeto pedagógico é a recuperação ao longo do processo. Nesta lógica, cada disciplina, com base em mapeamento prévio dos conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento, faz a retomada destes conhecimentos quando, a partir de avaliações diagnósticas aplicadas pelos docentes, é percebido que os estudantes não os possuem. Estas atividades de recuperação destes conhecimentos são realizadas por meio de estudos dirigidos, materiais complementares, estudos de casos ou outra forma adotada pelos docentes de cada disciplina.

Procurando atender diversidade de estudantes, em especial aqueles que requeiram alguma necessidade educacional especial, a UFMS tem se organizado para proporcionar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2017). O público-alvo do AEE é composto por alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação ou transtorno global do desenvolvimento - TGD (Transtornos do Espectro Autista).

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, **e-mails** e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso manterá uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso. Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário.

Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros e suporte instrumental. Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão.

Cabe salientar que o **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)** apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em Cursos de Graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e dessa forma, **seus aportes financeiros não estão disponíveis para estudantes de cursos na modalidade a distância.**

## 7. CURRÍCULO

### 7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
<b>CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	
Direito Constitucional: Estado e Processo Legislativo	68
Direito Penal Geral	68
Direito de Família e Sucessão	68
Direito do Trabalho	51
Direito, Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça	68
Direitos Reais	68
Mediação e Conciliação de Conflitos	51
Negócio Jurídico e Contratos	68
Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos	68
Registro de Imóveis	68
Sistema Jurídico da Privacidade e Informação	68
Sistemas Eletrônicos Judiciais	34
Teoria Geral dos Atos Notariais	51
Tutela Jurídica das Pessoas e Bens	68
<b>CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMUM</b>	
Ead, Mídias e Tecnologias Digitais	51
Empreendedorismo e Inovação	68
Fundamentos da Administração	68
Gestão Estratégica de Pessoas	68
Gestão de Projetos e Sistemas de Informação	68
Matemática Básica	68
Práticas de Processos Organizacionais I	68
Ética, Cidadania e Sociedade	34
<b>COMPLEMENTARES OPTATIVAS</b>	
Atividade Extrajudicial Empresarial	34
Comportamento Organizacional	68
Design Thinking	68
Direito Administrativo	51
Direito do Consumidor	68
Espanhol	51
Estudo de Libras	51
Gestão de Inovação e Desenvolvimento de Produtos	34
Inglês	68
Leitura e Produção de Textos	85
Língua Portuguesa Aplicada ao Direito	68
Pensamento Computacional	68
Práticas de Processos Organizacionais II	68
Responsabilidade Civil	68
Responsabilidade Social nas Organizações	34



COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	104
II (AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	68
III (AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	160
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

Para integralização do Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, dez por cento da carga horária total do Curso em atividades de extensão, de forma articulada com o ensino, em componentes curriculares disciplinares e/ou não disciplinares, definidos na oferta por período letivo e registrado a cada oferta.

## 7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2023-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
<b>1º Semestre</b>						
Direito, Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça	68					68
Ead, Mídias e Tecnologias Digitais	51					51
Empreendedorismo e Inovação	68					68
Ética, Cidadania e Sociedade	34					34
Fundamentos da Administração	68					68
Gestão Estratégica de Pessoas	68					68
<b>SUBTOTAL</b>	<b>357</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>357</b>
<b>2º Semestre</b>						
Direito Constitucional: Estado e Processo Legislativo	68					68
Direito do Trabalho	51					51
Gestão de Projetos e Sistemas de Informação	68					68
Matemática Básica	68					68
Teoria Geral dos Atos Notariais	51					51
Tutela Jurídica das Pessoas e Bens	68					68
<b>SUBTOTAL</b>	<b>374</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>374</b>
<b>3º Semestre</b>						
Direito Penal Geral	68					68
Direitos Reais	68					68
Negócio Jurídico e Contratos	68					68
Práticas de Processos Organizacionais I	68					68



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
<b>3º Semestre</b>						
Sistemas Eletrônicos Judiciais	34					34
<b>SUBTOTAL</b>	<b>306</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>306</b>
<b>4º Semestre</b>						
Direito de Família e Sucessão	68					68
Mediação e Conciliação de Conflitos	51					51
Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos	68					68
Registro de Imóveis	68					68
Sistema Jurídico da Privacidade e Informação	68					68
<b>SUBTOTAL</b>	<b>323</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>323</b>
<b>COMPLEMENTARES OPTATIVAS</b>						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						136
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>136</b>
<b>COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES</b>						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						104
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>104</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1360</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1600</b>

#### LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

#### PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
NÃO SE APLICA	

#### 7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Por ser um curso novo não há tabela de equivalência.

#### 7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL





As disciplinas do curso de Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais estão lotadas no Agência de Educação Digital e a Distância.

## 7.5. EMENTÁRIO

## 7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL EMPRESARIAL: 1. REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. Lei nº 6.015/1973. Atribuições. Escrituração. Ordem do serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade. Livros e Classificadores. Notificações. Princípios aplicáveis ao Registro de Títulos e Documentos. 2. REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. Escrituração. Matrícula de Jornais, Oficinas, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias. Atribuições. Transcrição e Averbação. Ordem do Serviço. Cancelamento. Registros de Associações, Fundações, Partidos Políticos e Sociedades. 3. PROTESTO. Lei nº 6.015/1973. Atribuições. Escrituração. Ordem do Serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade. Lei Federal nº 9.492/1997. Protesto. Procedimento e Formalidades. Natureza e Finalidade. Informações e Certidões. Cancelamento. Responsabilidade tributária. Papel de segurança. Selo de autenticidade. Custas e emolumentos. **Bibliografia Básica:** Cartório: Normas e Provimentos Anotados: São Paulo. Rio de Janeiro: Método, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530991791. Gomes, Marcos Vinícius Manso Lopes; Nascimento, José Moacyr Doretto (Null). **Prática Cível:** Atuação Judicial e Extrajudicial. 1. São Paulo: Saraiva, 2021. 1 Recurso Online. (Defensoria Pública). Isbn 9786555595154. Azevedo, Sílvia Nörthen De. **o Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida: Passo a Passo, no Dia-a-dia, em Conformidade com o Novo Código Civil Brasileiro e a Nova Consolidação Notarial e Registral do Rs – 2007.** Editora Edipuc-rs, 2014. 198 P. Isbn 9788539705474. **Bibliografia Complementar:** Gieseler Junior, Luiz Carlos. **Recuperações Judicial e Extrajudicial: um Manual de Acordo com a Lei N. 11.101/2005 e sua Reestruturação pela Lei N. 14.112/2020.** Editora Intersaberes, 2021. 202 P. Isbn 9786555174434. Gabriel, Sergio. **Prática Empresarial.** 2. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9788553619429. Teixeira, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado:** Teoria, Jurisprudência e Prática. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620612.

- COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: Fundamentos de Comportamento Organizacional. Análise crítica das contribuições das teorias administrativas. Valores, atitudes e satisfação com o trabalho. Motivação. Comunicação e departamentalização. Liderança. Estilos gerenciais. Grupos e equipes de trabalho. Clima e cultura organizacional. Mudança, análise e aprendizagem organizacional. Poder e política. Conflito e negociação. **Bibliografia Básica:** Machado, Rodrigo Prestes. **Desenvolvimento de Software, V.3** Programação de Sistemas Web Orientada a Objetos em Java. Porto Alegre Bookman 2016 1 Recurso Online (Tekne). Isbn 9788582603710. Vergara, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas.** 16. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597007985. Morgan, Gareth. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas, 2013. **Bibliografia Complementar:** Bériot, Louis. **um Café com Voltaire** Conversas com as Grandes Mentres de seu Tempo. São Paulo Autêntica 2017 1 Recurso Online Isbn 9788551301975. Wagner, John A.; Hollenbeck, John R.; Antunha, Silvio Floreal. **Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva.** 3ª Ed.. São Paulo: Saraiva, 2012. 540 P. Brunstein, Janette; Godoy, Arilda Schmidt; Silva, Helio Cesar (Orgs.). **Educação para Sustentabilidade nas Escolas de Administração.** São Carlos, Sp: Rima, 2014. 374 P. Isbn 978-85-765-6012-6. Brandão, Hugo Pena. **Mapeamento de Competências.** 2. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013573. Forouzan, Behrouz A. **Protocolo Tcp/Ip.** 3. Porto Alegre Artmed 2010 1 Recurso Online Isbn 9788563308689.



- DESIGN THINKING: Histórico, conceito e aplicações do Design Thinking. Fases, metodologias e ferramentas do Design Thinking. Design Thinking e Criatividade. **Bibliografia Básica:** Kelley, Tom; Kelley, David (Null). **Confiança Criativa:** Libere sua Criatividade e Implemente suas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788550814155. Ambrose, Gavin. **Design Thinking.** Porto Alegre Bookman 2015 1 Recurso Online (Design Básico). Isbn 9788577808267. Brown, Tim. **Design Thinking:** Uma Metodologia Poderosa para Decretar o Fim das Velhas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788550814377. Filatro, Andrea. **Design Thinking na Educação Presencial, a Distância e Corporativa.** 1. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788547215804. **Bibliografia Complementar:** Cleyson de Moraes Mello; José Rogério Moura de Almeida Neto; Regina Pentagna Petrillo. **para Compreender o Design Thinking.** Editora Processo, 2021. 25 P. Isbn 9786589351719. Dalcio Roberto dos Reis. **a Criatividade nas Organizações.** Editora Intersaberes, 2021. 223 P. Isbn 9786589818953. Baxter, Mike. **Projeto de Produto: Guia Prático para o Design de Novos Produtos.** Editora Blucher, 2011. 343 P. Isbn 9788521214380. Tajra, Sanmya; Ribeiro, Joana (Null). **Inovação na Prática: Design Thinking e Ferramentas Aplicadas a Startups.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555201574.

- DIREITO ADMINISTRATIVO: Estado. Direito administrativo. Administração Pública e suas relações com os direitos humanos e socioambientais. Regime Jurídico Administrativo e Princípios constitucionais administrativos. Organização Administrativa. Poderes. Ato Administrativo. Licitações e Contratos administrativos. Agentes públicos. Controle da Administração Pública. Bens públicos. **Bibliografia Básica:** Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 35. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559643042. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 10. Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559643844. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** 12. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620735. **Bibliografia Complementar:** Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 36. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559771837. Knoplock, Gustavo Mello. **Manual de Direito Administrativo.** 11. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 9788530980849. Mendes, Gilmar Ferreira. **Linha Administração e Políticas Públicas** Gestão Pública e Direito Municipal: Tendências e Desafios. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788547204686.

- DIREITO CONSTITUCIONAL: ESTADO E PROCESSO LEGISLATIVO: Constituição. Poder constituinte. Direitos Fundamentais. Direitos Sociais. O Estado brasileiro e seus fundamentos. Organização dos poderes. Processo legislativo. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. **Bibliografia Básica:** Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo:** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555596700. Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. **Curso de Direito Constitucional: Revista e Atualizada até a Ec Nº 108, de 2020.** Editora Foco, 2021. 880 P. Isbn 9786555152111. Piccina, Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes. **Direito Constitucional.** 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. (Defensoria Pública). Isbn 9788553615582. **Bibliografia Complementar:** Moraes, Alexandre De. **Direito Constitucional.** 36. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597024913. Motta, Sylvio. **Direito Constitucional** Teoria, Jurisprudência e Questões: Atualizado até a Ec Nº 99. 28. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986544. Cleyson de Moraes Mello; Guilherme Sandoval Góes. **Direito Constitucional.** Editora Processo, 2022. 1310 P. Isbn 9786553780057.



- DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÃO: Direito de família: conceito, origem, evolução, concepção moderna e princípios constitucionais. Direito Matrimonial. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Sucessão legítima testamentária. Inventário e partilha. Sonogados. Colações. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. **Bibliografia Básica:** Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 6:** Direito de Família. 18. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555590210. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 5:** Direito de Família. 16. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788530993818. Ramos, Hellen Cristina do Lago; Romero, Kathya Beja; Gomes, Marcos Vinícius Manso Lopes (Null). **Direito de Família.** São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Defensoria Pública). Isbn 9788553617623. **Bibliografia Complementar:** Gagliano, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo (Null). **Novo Curso de Direito Civil, V. 6:** Direito de Família. 11. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555592511. Maluf, Carlos Alberto Dabus; Maluf, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus (Null). **Curso de Direito da Família.** 4. São Paulo: Saraiva, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555598117. Tepedino, Gustavo; Teixeira, Ana Carolina Brochado (Null). **Fundamentos do Direito Civil, V. 6:** Direito de Família. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559643936.

- DIREITO DO CONSUMIDOR: Direitos básicos do consumidor. Conceito e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Os contratos na relação de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Proteção do consumidor em juízo. O sistema nacional de defesa do consumidor. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. **Bibliografia Básica:** Souza, Sylvio Capanema De. **Direito do Consumidor.** Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981273. Nunes, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor.** 13. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2019. 944 P. Isbn 9788553605248. Nunes, Luiz Antônio Rizzato. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** 8. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788502616271. Khouri, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor: Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo.** 7. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597026443. Tartuce, Flávio; Neves, Daniel Amorim Assumpção (Null). **Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual: Volume Único.** 11. Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559641826. **Bibliografia Complementar:** Fabio Schwartz. **Manual de Direito do Consumidor - Tópicos & Controvérsias.** Editora Processo, 2018. 481 P. Isbn 9788593741159. Mancuso, Rodolfo de Camargo. **Manual do Consumidor em Juízo.** 6. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555592375. Almeida, João Batista De. **Manual de Direito do Consumidor.** 6. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788502616837.

- DIREITO DO TRABALHO: Princípios. Empregado. Empregador. Responsabilidades. Contrato de Emprego e elementos essenciais. Alteração do Contrato de Emprego. Fim do Contrato de Emprego. Direitos básicos do consumidor. Conceito e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Os contratos na relação de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Proteção do consumidor em juízo. O sistema nacional de defesa do consumidor. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. **Bibliografia Básica:** Porto, Noemia; Lourenço Filho, Ricardo (Null). **Direito Individual do Trabalho.** Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. (Método Essencial). Isbn 9786559643165. Zainaghi, Domingos Sávio. **Curso de Legislação**



**Social:** Direito do Trabalho. 15. Barueri: Manole, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555762846. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 12. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553618125. Bibliografia Complementar: Sandes, Fagner; Aidar, Leticia. Jurisprudência do Tst Organizada - Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos com Remissões Transcritas. São Paulo: Rideel, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786557386163. Romar, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho.** 7. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. (Esquemático). Isbn 9786555591293. Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: Relações Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho.** 13. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553622128.

- DIREITO PENAL GERAL: Conceito de Direito Penal; Classificação da Lei Penal; Fontes do Direito Penal; Interpretação da Lei Penal; Aplicação da Lei Penal; Do crime: tipicidade e antijuridicidade. Culpabilidade e Concurso de Pessoas. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 1:** Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989262. Masson, Cleber. **Direito Penal, V. 1** Parte Geral (Arts. 1ª a 120). 13. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986292. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral e Parte Especial.** 18. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990114. Junqueira, Gustavo. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 3. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217648. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 1** Parte Geral. 25. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610037. Bibliografia Complementar: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 1:** Parte Geral Arts. 1º ao 120. 24. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553619184. Fabretti, Humberto Barrionuevo; Smanio, Gianpaolo Poggio (Null). **Direito Penal:** Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597020465. Estefam, André. **Direito Penal, V. 1** Parte Geral (Arts. 1º a 120). 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609352. Busato, Paulo César. **Direito Penal, Parte Geral, V. 1.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016307. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal:** Parte Geral. 25. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas, V. 7). Isbn 9788553619948.

- DIREITO, PODER JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: Direito, Ética e Moral. Relação jurídica. Fontes do direito. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Lindb). Legislativo, Executivo, Judiciário. Organização do Poder Judiciário: Estadual, Federal, Trabalhista, Eleitoral e Militar. Ministério Público. Defensoria Pública. Cartórios e Serventias. Bibliografia Básica: Soares, Ricardo Maurício Freire. **Elementos de Teoria Geral do Direito.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216955. Nader, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 42. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530988876. Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Teoria do Direito.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547210519. Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021417. Bibliografia Complementar: Bermudes, Sergio. **Introdução ao Processo Civil.** 6. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983666. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Processo Civil:** Teoria Geral do Processo e Processo de Co-nhecimento. 20. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas, 12"). Isbn 9788553601189. Pinho, Rodrigo César Rebello. **Direito Constitucional** da Organização do Estado, dos Poderes, e Histórico das Constituições. 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 18"). Isbn 9788553601233.



- DIREITOS REAIS: Posse. Propriedade. Usucapião e tipos. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. **Bibliografia Básica:** Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 5:** Direito das Coisas. 17. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555596595. Rizzardo, Arnaldo. **Direito das Coisas.** 9. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990886. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4:** Direito das Coisas. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559643486. **Bibliografia Complementar:** Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V.4** Direito das Coisas. 7. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 9788530968700. Cleyson de Moraes Mello. **Direito Civil - Direito das Coisas.** Editora Processo, 2022. 637 P. Isbn 9786553780101. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil, V. 2:** Contratos em Espécie, Direito das Coisas. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. (Esquemático). Isbn 9786553622869.

- EAD, MÍDIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: História e conceitos de Educação a Distância (EaD). Políticas Educacionais para a Educação a Distância. Ferramentas, mídias e tecnologias digitais para o ensino superior a distância. Os sistemas de informação da UFMS: APP SOU UFMS, SISCAD, SEI, SIGPROJ e SIAI. Ferramentas educacionais do pacote Google Workspace. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA UFMS). **Bibliografia Básica:** Mesquita, Deleni. **Ambiente Virtual de Aprendizagem** Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536522166. Behar, Patricia Alejandra. **Competências em Educação a Distância.** Porto Alegre Penso 2013 1 Recurso Online Isbn 9788565848480. Machado, Dinamara Pereira. **Educação a Distância** Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo Erica 2015 1 Recurso Online Isbn 9788536522210. Moore, Michael. **Educação à Distância** Uma Visão Integrada. São Paulo Cengage Learning 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522113019. Santos, Edméa. **Mídias e Tecnologias na Educação Presencial e à Distância.** Rio de Janeiro Ltc 2016 1 Recurso Online Isbn 9788521630890. **Bibliografia Complementar:** Belloni, Maria Luiza. **Educação à Distância.** 3. Ed. Campinas, Sp: Autores Associados, 2003. 115 P. (Educação Contemporânea (Cortez : Autores Associados)). Isbn 85-85701-77-3. Berbel, Neusi Aparecida Navas; Giannasi, Maria Júlia (Org.). **a Metodologia da Problematização Aplicada em Curso de Educação Continuada e a Distância.** Londrina, Pr: Eduel: Comped, 1999. Xiii, 166P. Isbn 8572162194 (Broch.). Munhoz, Antonio Siemsen. **Projeto Instrucional para Ambientes Virtuais.** São Paulo Cengage Learning 2016 1 Recurso Online Isbn 9788522125111. Gallo, Márcia. **a Avaliação em Ead (Versão Cengage).** São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522123858. Mattar, João. **Guia de Educação a Distância.** São Paulo Cengage Learning 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522114696.

- EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: Conceito de empreendedorismo. Diferentes tipos de empreendedorismo. O processo empreendedor e perfis empreendedores. Organizações empreendedoras, empreendedorismo corporativo e processo empreendedor. Empreendedorismo e inovação. **Bibliografia Básica:** Melo Neto, Francisco Paulo; Froes, César. **Empreendedorismo Social:** a Transição para a Sociedade Sustentável. Rio de Janeiro, Rj: Qualitymark, 2002. Xxii, 208 P. Cieb. Centro de Inovação para Educação Brasileira. Inovação Aberta em Educação: Conceitos e Modelos de Negócios. Cieb Estudos #2. Cieb, 2016. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Exlvlg>. Acesso Em: 11 Fev 2022. Paulo Cesar da Silva. **Empreendedorismo e Capacidade Inovadora no Setor Público.** Contentus, 2020. 92 P. Isbn 9786557459935. Kelley, Tom; Kelley, David (Null). **Confiança Criativa:** Libere sua Criatividade e Implemente suas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788550814155. Bessant, John; Tidd, Joe



(Null). **Inovação e Empreendedorismo**. 3. Porto Alegre: Bookman, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788582605189. Bibliografia Complementar: Isabella Christina Dantas Valentim. **Comportamento Empreendedor**. Editora Intersaberes 210 Isbn 9786555179057. Dornelas, José. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 8. São Paulo: Fazendo Acontecer, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786587052083. Ademir Moreira Bueno. **Corporações e Contexto Empreendedor**. Contentus, 2021. 118 P. Isbn 9786559351978. Tajra, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: da Ideia à Ação**. São Paulo: Expressa, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788536533834.

- **ESPAÑHOL: Introdução ao idioma espanhol**. Conhecimento básico da língua espanhola. Vocabulário básico. Estruturas Gramaticais: regras gerais e ortografia diversa. Leitura, produção e compreensão de textos gerais e específicos. Bibliografia Básica: Fundamentos da Língua Espanhola. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595026339. Priscila Carmo Moreira Engelmann. **Língua Estrangeira Moderna: Espanhol**. Editora Intersaberes, 2016. 132 P. Isbn 9788559721379. Oficina do Texto em Espanhol. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025417. Bibliografia Complementar: Sierra, Teresa Vargas. **Espanhol Instrumental**. Editora Intersaberes, 2012. 332 P. Isbn 9788582123454. Teresa Vargas Sierra. **Espanhol: a Prática Profissional do Idioma**. Editora Intersaberes, 2012. 280 P. Isbn 9788582129814. Sierra, Teresa Vargas. **Espanhol para Negócios**. Editora Intersaberes, 2012. 284 P. Isbn 9788582123003.

- **ESTUDO DE LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Relações pedagógicas da prática docente em espaços escolares. Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Bibliografia Básica: Lodi, Ana Claudia Balieiro; Mélo, Ana Dorziat Barbosa De; Fernandes, Eulalia (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012. Quadros, Ronice Müller De; Karnopp, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2007. Xi, 221 P. (Biblioteca Artmed; Linguística). Isbn 9788536303086. Lacerda, Cristina Broglia Feitosa De; Santos, Lara Ferreira dos (Org.). Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. São Carlos: Editora da Ufscar, 2013. Sacks, Oliver. Vendo Vozes: Uma Viagem ao Mundo dos Surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Bibliografia Complementar: Skliar, C. a Surdez: um Olhar sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. Brasil, Decreto 5.626 de 17 de Dezembro de 2005: Regulamenta a Lei de Libras. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2005 Gesser. Audrei. Libras que Língua É Essa?. Parábola Editorial: 2009. Quiles, Raquel Elizabeth Saes. **Estudo de Libras**. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 124 P Isbn 9788576133162. Brasil. Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e Dá Outras Providências. Legislação Republicana Brasileira. Brasília: 2002.

- **ÉTICA, CIDADANIA E SOCIEDADE: Etimologia e conceitos: fundamentos filosóficos. Ética e valor humano. Ética, moral e condição humana. Ética e ciência. A Ética e o profissional. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade.** Bibliografia Básica: Teixeira, Orci Paulino B. a Fundamentação Ética do Estado Socioambiental. Editora Edipuc-rs, 2014. 179. Isbn 9788539704019. Amaro, Sarita. Racismo, Igualdade Racial e Políticas de Ações



Afirmativas no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. Johann, Jorge Renato. **um Novo Homem e Uma Nova Sociedade: Construindo a Cidadania**. Editora Edipucrs, 2016. 186 P. Isbn 9788539707041. Gallo, Sílvio (Coord.). **Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia**. Papyrus Editora, 2010. 112 P. Isbn 9788530811525. Bibliografia Complementar: Mario Sergio Cortella e Clóvis de Barros Filho. **Ética e Vergonha na Cara!**. 7 Mares, 2014. 116 P. Isbn 9788561773564. Hornstein, Harvey A. **o Abuso do Poder e o Privilégio nas Organizações**. Editora Pearson, 2003. 184. Isbn 9788587918604. Paulo César Nodari. **sobre Ética: Aristóteles, Kant e Levinas**. Editora Educus, 2010. 206 P. Isbn 9788570616029. Pinsky, Jaime (Org.). **Práticas de Cidadania**. Editora Contexto, 2004. 290 P. Isbn 9788572442657. Tonnetti, Flávio (Coautor) ; Meucci, Arthur (Coautor). **Ética, Medo e Esperança**. Editora Vozes, 2014. 76 P. Isbn 9788532643636.

- FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO: As bases históricas da Administração; a Revolução Industrial. As contribuições das Teorias da Administração e suas principais abordagens. As principais funções da Administração. Processos administrativos: conceitos e ferramentas. Níveis hierárquicos: estratégico, tático e operacional (conceitos). Bibliografia Básica: Koontz, Harold; O'donnell, Cyril.

**Fundamentos da Administração**. São Paulo, Sp: Pioneira, 1981. 580 P. (Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios). Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças De. **Introdução à Administração**. Edição Compacta. São Paulo, Sp: Atlas, 2009. 173 P. Isbn 9788522454990. Chiavenato, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3. Ed. Total. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2004. 494 P. Isbn 8535214518. Bibliografia Complementar: Chiavenato, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 4. Ed., Totalmente Rev. e Atual. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2007. 411 P. Isbn 85-352-1858-0. Stevenson, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo, Sp: Harbra, 2001. 495 P. Isbn 9788529400921. Leite, Hélio de Paula. **Introdução a Administração Financeira**. São Paulo, Sp: Atlas, 1981-1986. 470 P. Faria, Nivaldo Maranhão. **Introdução a Administração: Perspectiva Organizacional**. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 1979. 141 P. Chiavenato, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. Ed. Total. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, 2011. 608 P. Isbn 9788535246711.

- GESTÃO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS: Levantamento de ideias e descoberta de oportunidades de negócio (Visitas Técnicas). Prototipagem de ideias e projetos. Ferramentas (lean startups, canvas, design thinking etc.). Análise de riscos de negócio. Fontes de financiamento de projetos. Criação de empresas startups (Prática Profissional Supervisionada). Elaboração de plano de negócio. Processos de inovação e de desenvolvimento de produtos. Diferenciação e segmentação do mercado. Ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS. Bibliografia Básica: Clovis Bergamo Filho. **Ruptura no Modelo Tradicional das Empresas**. Editora Brasport, 2019. 216 P. Isbn 9788574529226. Dornelas, José. **Plano de Negócios, seu Guia Definitivo**. 2. São Paulo Fazendo Acontecer 2016 1 Recurso Online Isbn 9788566103090. Dornelas, José. **Empreendedorismo Transformando Ideias em Negócios**. 7. São Paulo Fazendo Acontecer 2018 1 Recurso Online Isbn 9788566103076. Bibliografia Complementar: Ferrari, Roberto. **Empreendedorismo para Computação: Criando Negócios de Tecnologia**. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier; Campus, 2010. 164 P. (Série Editora Campus/Sbc). Isbn 9788535234176. Salim, Cesar Simões; Silva, Nelson Caldas (Null). **Introdução ao Empreendedorismo: Despertando a Atitude Empreendedora**. São Paulo: Gen Atlas, 2009. 1 Recurso Online. (Empreendedorismo). Isbn 9788595154414. Guerrini, Fábio Müller; Escrivão Filho, Edmundo; Rosim, Daniela (Null). **Administração para Engenheiros**. Rio de Janeiro: Gen Ltc, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788595154728.



- **GESTÃO DE PROJETOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:** Conceito de projeto. Ciclo de Vida do Projeto. Gerenciamento de Projeto. Objetivos da Gerência de Projetos. Planejamento do Projeto. Execução do Projeto. Ferramentas de Gestão e Controle. Gestão de Equipes. Gestão dos Custos. Gestão do Cronograma. Fechamento do Projeto. Sistemas, Processos e Informação. Sistemas de Informação. Tecnologia da Informação. Desenvolvendo soluções de negócios. Planejamento estratégico de TI. Bibliografia Básica: Valle, André Et Al. **Fundamentos do Gerenciamento de Projetos.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Fgv, 2012-2014 172 P. (Gerenciamento de Projetos). Isbn 9788522507986. Xavier, Carlos Magno da S. **Gerenciamento de Projetos** Como Definir e Controlar o Escopo do Projeto. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553131204. Menezes, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016321. Bibliografia Complementar: Prado, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos.** 7. Ed. Nova Lima, Mg: Falconi, 2011. 286 P. (Série Gerência de Projetos ; 2). Isbn 9788598254517. Meredith, Jack R.; Mantel, Samuel J. **Project Management: a Managerial Approach.** 8. Ed. New Delhi: Wiley, 2013. 586 P. Isbn 9788126537082. Darci Prado; Russel D. Archibald. **Gerenciamento de Projetos para Executivos.** Falconi Editora, 2011. 160 P. Isbn 9788555560088.

- **GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS:** Processos e Subprocessos de Administração de Recursos Humanos (ARH); Diferença entre ARH e Gestão de Pessoas; Planejamento Estratégico de Pessoas baseado em Competências; Transição do modelo de Descrição de Cargos para o Modelo de Desenho de cargos por Competências; Recrutamento e Seleção de Pessoas baseados em Competências; Treinamento e Desenvolvimento baseado em Competências; Benefícios, Plano de Carreira e Remuneração baseada em Competências; Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho, Ética, Relações Trabalhistas e Tratamento Justo no Trabalho. Gerenciamento de Igualdade de Oportunidades e Diferença; Processo de Desligamento de Pessoas; Questões Especiais em Gestão de Pessoas Por Competências. Aspectos de direitos humanos e educação ambiental. Educação das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Bibliografia Básica: Vergara, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas.** 13. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2013. 213 P. Isbn 9788522478200. Knapik, Janete. **Gestão de Pessoas e Talentos.** Curitiba, Pr: Editora Intersaberes, 2012. 354 P. Isbn 9788565704762. Fernandes, Bruno Henrique Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas:** com Foco em Competências. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, 2013. XVIII, 254 P. Isbn 9788535272055. Bibliografia Complementar: Bitencourt, Cláudia Cristina. **Gestão Contemporânea de Pessoas:** Novas Práticas, Conceitos Tradicionais. 2. Ed. Porto Alegre, Rs: Bookman, 2010. 443 P. Isbn 978-85-7780-601-0. Chiavenato, Idalberto. **Gestão de Pessoas.** 3. Ed. Total. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, Rj: Campus, Elsevier, 2010. XXXV, 579 P. Isbn 9788535237542. Araujo, Luis Cesar G. De; Garcia, Adriana Amadeu. **Gestão de Pessoas:** Estratégias e Integração Organizacional. 2. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Atlas, 2009. 436 P. Isbn 8522442029. Teixeira, Gilnei Mourão Et Al. **Gestão Estratégica de Pessoas.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Fgv, 2010. 148 P. (Série Gestão de Pessoas). Isbn 9788522507931. Gramigna, Maria Rita Miranda. **Modelo de Competências e Gestão dos Talentos.** 2 Ed. São Paulo, Sp: Pearson, 2007. 241 P. Isbn 9788576051411.

- **INGLÊS:** Desenvolvimento das estruturas básicas utilizando as habilidades linguísticas de ouvir e ler numa abordagem comunicativa intercultural em nível elementar. Introdução à compreensão de textos orais e escritos em língua inglesa que circulam nas mídias digitais, atendendo às especificidades acadêmico-profissionais das áreas, abordando aspectos léxico-gramaticais, discursivos e interculturais da língua inglesa. Bibliografia Básica: Ferro, Jeferson. **Around The**





**World - Introdução à Leitura em Língua Inglesa.** Editora Intersaberes, 2012. 232 P. Isbn 9788565704939. Lapkoski, Graziella Araujo de Oliveira. **do Texto ao Sentido: Teoria e Prática de Leitura em Língua Inglesa.** Editora Intersaberes, 2012. 204 P. Isbn 9788582122808. Maria Cecília Lopes. **Dicionário da Língua Inglesa - Inglês-português / Português-inglês.** Editora Rideel, 2015. 560 P. Isbn 9788533948631. **Bibliografia Complementar:** Rejani, Márcia. **Inglês Instrumental Comunicação e Processos para Hospedagem.** São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536521831. Thais Cristofaro Silva. **Pronúncia do Inglês - para Falantes do Português Brasileiro.** Editora Contexto, 2012. 242. Isbn 9788572447379. Drey, Rafaela Fetzner. **Inglês Práticas de Leitura e Escrita.** Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online (Tekne). Isbn 9788584290314. Thereza Cristina de Souza Lima. **Língua Estrangeira Moderna: Inglês.** Editora Intersaberes, 2016. 68 P. Isbn 9788559721355. Lima, Thereza Cristina de Souza; Koppe, Carmen Terezinha. **Inglês Básico nas Organizações.** Editora Intersaberes, 2013. 208 P. Isbn 9788582120996.

- LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS: Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos. Subsidiar os estudantes para a produção textual. Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Ética em pesquisa. Organização de trabalho científico (Artigo Científico, Monografias e Relatórios Técnicos - Científicos). Referências e Citações. Ações vinculadas a Projetos de Extensão da UFMS. **Bibliografia Básica:** Flick, Uwe. **Introdução à Metodologia da Pesquisa: um Guia para Iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013. Sílvia M. Gasparian Colello. **a Escola que (Não) Ensina a Escrever.** Summus Editorial, 2012. 272 P. Isbn 9788532308221. Colello, Sílvia M. Gasparian. **a Escola e a Produção Textual.** Summus Editorial, 2017. 288 P. Isbn 9788532310675. Barros, Aidil Jesus da Silveira; Leheld, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica - 3ª Edição.** Editora Pearson, 2007. 176 P. Isbn 9788576051565. Perissé, Gabriel. **a Arte da Palavra Como Criar um Estilo Pessoal na Comunicação Escrita.** São Paulo Manole 2003 1 Recurso Online Isbn 9788520438688. **Bibliografia Complementar:** Nascimento, Luiz Paulo Do. **Elaboração de Projetos de Pesquisa: Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, com Base em Metodologia Científica.** São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788522126293. Creswell, John W; Creswell, J. David (Null). **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 5.** Porto Alegre: Penso, 2021. 1 Recurso Online. (Métodos de Pesquisa). Isbn 9786581334192. Lemes, Adriana; Caputo, Angelo Renan Acosta; Barbosa, Cláudia Soares; Bem, Isabella Vieira De; Costa, Tania Maria Steigleder Da. **Língua Portuguesa: Classes Gramaticais e Texto Narrativo.** Editora Intersaberes, 2013. 172 P. Isbn 9788582125427. Ataliba T. de Castilho. **Nova Gramática do Português Brasileiro - 1ª Edição.** Editora Contexto, 2010. 770. Isbn 9788572444620. Gibbs, Graham. **Análise de Dados Qualitativos.** Porto Alegre Artmed 2011 1 Recurso Online (Pesquisa Qualitativa). Isbn 9788536321332.

- LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA AO DIREITO: Estudo da estrutura do texto, do parágrafo e da frase. Análise, produção e reescrita de textos, considerando os seguintes tópicos: norma culta e variação linguística, correção e adequação linguística em diferentes situações de uso profissional, regras de funcionamento da escrita. Gramática. **Bibliografia Básica:** Silva, Laine de Andrade E. **Redação: Qualidade na Comunicação Escrita.** Editora Intersaberes, 2012. 184 P. Isbn 9788582120064. Neves, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática.** Editora Contexto, 2006. 338 P. Isbn 9788572443319. Maria Helena de Moura Neves. **Gramática Funcional: Interação, Discurso e Texto.** Editora Contexto, 2018. 210. Isbn 9788552000747. **Bibliografia Complementar:** Medeiros, João Bosco.



**Português Forense** Língua Portuguesa para Curso de Direito. 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017489. Ana Maria Silva Pacífico.

**Manual Compacto de Redação e Interpretação de Texto – Ensino Médio.** Editora Rideel, 2010. 416. Isbn 9788533948891. Tânia Dutra Henriques. **Português Contemporâneo - Atualização, Concursos, Gramática e Redação, Teoria e Prática, Dicas Preciosas, Gabarito.** Editora Vozes, 2014. 432 P. Isbn 9788532647832.

- MATEMÁTICA BÁSICA: Divisão dos números em conjuntos numéricos. Operações com os números em todos os conjuntos numéricos. Expressões numéricas. Problemas matemáticos. Aplicar as operações em conjuntos numéricos na resolução de problemas. Razão e proporção. Resolução de problemas que envolvam razão e proporção. Algoritmo de resolução de regras de três simples e composta. Calcular porcentagens em variadas situações. Perceber a relação entre porcentagem e regra de três simples. Bibliografia Básica: Boaler, Jo. **Mentalidades Matemáticas** Estimulando o Potencial dos Estudantes por Meio da Matemática Criativa, das Mensagens Inspiradoras e do Ensino Inovador. Porto Alegre Penso 2017 1 Recurso Online Isbn 9788584291144. Wall, Edward S. **Teoria dos Números para Professores do Ensino Fundamental.** Porto Alegre Amgh 2014 1 Recurso Online Isbn 9788580553536. Smole, Kátia Stocco. **Cadernos do Mathema** Ensino Fundamental : Jogos de Matemática de 1º a 5º Ano. Porto Alegre Artmed 2007 1 Recurso Online Isbn 9788536310626. Bibliografia Complementar: Ramos, Luzia Faraco. Morettin, Luiz Gonzaga. **Estatística Básica, Volume Único:** Probabilidade e Inferência. São Paulo, Sp: Pearson, 2013. Xiv, 375 P. Isbn 9788576053705. Dante, L. R. **Formulação e Resolução de Problemas de Matemática: Teoria e Prática.** 1A Ed. São Paulo: Ática, 2009. Smole, Kátia Stocco. **Materiais Manipulativos para o Ensino de Frações e Números Decimais.** Porto Alegre Penso 2016 1 Recurso Online (Mathemateca V.3). Isbn 9788584290758. Smole, Kátia Stocco. **Cadernos do Mathema** Ensino Fundamental : Jogos de Matemática de 6º a 9º Ano, V.2. Porto Alegre Artmed 2007 1 Recurso Online Isbn 9788536311487.

- MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS: Noções preliminares acerca dos meios adequados (alternativos) de solução de conflitos. Sistema multiportas de solução de disputas. Autocomposição e heterocomposição. Principais modalidades. Disposições do atual CPC e legislação ordinária. Conflitos sociais, educação ambiental e Direitos Humanos. Desenvolvimento de ações vinculadas à Projetos de Extensão da UFMS (a critério da oferta) como componente para a integralização da carga horária curricular da disciplina. Bibliografia Básica: Guerrero, Luis Fernando. **Teoria Geral dos Processos:** os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil. 2. São Paulo: Almedina, 2022. 1 Recurso Online. (Ibmec São Paulo). Isbn 9786556274676. Guerrero, Luis Fernando. **os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil.** Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0367-3. Mourão, Alessandra Nascimento S. F. **Resolução de Conflitos** Fundamentos da Negociação para o Ambiente Jurídico. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). Isbn 9788502220300. Bibliografia Complementar: Zaffari, Eduardo Kucker. **Solução de Conflitos Jurídicos.** Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025233. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem** Mediação, Conciliação e Negociação. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985004. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos Mescs** Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos: Arbitragem, Mediação, Conciliação, Negociação, Ombudman, Avaliação Neutra. São Paulo Manolê 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520461457.

- NEGÓCIO JURÍDICO E CONTRATOS: Negócio Jurídico. Contratos. Classificação, formação e interpretação dos contratos. Relações jurídicas contratuais. Extinção do



contratos. **Bibliografia Básica:** Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3:** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 15. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989347. Tepedino, Gustavo; Konder, Carlos Nelson; Bandeira, Paula Greco (Null). **Fundamentos do Direito Civil, V. 3:** Contratos. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559644117. Cleyson de Moraes Mello. **Direito Civil - Contratos.** Editora Processo, 2022. 645 P. Isbn 9786553780088. **Bibliografia Complementar:** Gaglianpo, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo (Null). **Manual de Direito Civil, Volume Único.** 4. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553617609. Cleyson de Moraes Mello. **Código Civil Comentado.** Editora Processo, 2021. 1261. Isbn 9786589351757. Peluso, Cezar *Et Al.* (Coord.). **Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência: Lei No. 10.406, de 10.01.2002.** 14. Barueri: Manole, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788520464328.

- PENSAMENTO COMPUTACIONAL: Navegação, pesquisa e filtragem de informações. Interação por meio de tecnologias. Compartilhamento de Informações e conteúdo. Colaboração por canais digitais. Raciocínio lógico, análise e resolução de problemas. Estudo dos dispositivos computacionais. Noção de algoritmos. Práticas de Computação. Jogos de Lógica. Desenvolvimento de Conteúdo. Construção de narrativa usando programação em blocos. **Bibliografia Básica:** Kenski, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias:** o Novo Ritmo da Informação. 8. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2018. 141 P. (Coleção Papyrus Educação). Isbn 9788530808280. Viali, Lorí; Lahm, Regis Alexandre. **Tecnologias na Educação em Ciências e Matemática.** Editora Edipuc-rs, 2016. 183. Isbn 9788539709175. Carvalho, Fábio Câmara Araújo De; Ivanoff, Gregorio Bittar. **Tecnologias que Educam: Ensinar e Aprender com as Tecnologias de Informação e Comunicação.** Editora Pearson, 2009. 186 P. Isbn 9788576053675. **Bibliografia Complementar:** Lock, Matheus. **Comunicações Transversais: o Preconceito Digital e os Efeitos na Opinião Pública.** Editora Edipuc-rs, 2014. 187. Isbn 9788539705726. Capron, H. L.; Johnson, J. A. **Introdução à Informática.** 8. Ed. São Paulo, Sp: Prentice Hall, 2012. 350 P. Isbn 8587918885. Jarvis, Jeff. **o que a Google Faria? Como Atender Às Novas Exigências do Mercado.** São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442708. Alexandre Moreira de Menezes. **os Paradigmas de Aprendizagem de Algoritmo Computacional.** Editora Blucher, 2015. 198 P. Isbn 9788580391039.

- PRÁTICAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS I: Contexto e Conceitos da Qualidade. Fundamentos da Qualidade Total. Abordagem Lean. Ferramentas da Qualidade. Técnicas de Avaliação e Racionalização de Processos. Certificação, Avaliação e Reconhecimento da qualidade. Aspectos de direitos humanos e educação ambiental. Elaboração de planos de ação. Pesquisa Aplicada/Visita Técnica. **Bibliografia Básica:** Carpinetti, Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão da Qualidade: Conceitos e Técnicas.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2012. 239 P. Isbn 9788522469116. Carpinetti, Luiz Cesar Ribeiro; Gerolamo, Mateus Cecílio. **Gestão da Qualidade Iso 9001:2015: Requisitos e Integração com a Iso 14001:2015.** São Paulo, Sp: Atlas, 2017. 176 P. Isbn 9788597006445. Carvalho, Marly Monteiro De; Paladini, Edson P. (Coord.). **Gestão da Qualidade: Teoria e Casos.** 2. Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, 2012. 430 P. Isbn 9788535248876. **Bibliografia Complementar:** Lozada, Gisele. **Controle Estatístico de Processos.** Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595021174 Montgomery, Douglas C. **Introdução ao Controle Estatístico da Qualidade.** 7. São Paulo Ltc 2016 1 Recurso Online Isbn 9788521631873. Araujo, Luis Cesar G. De. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional, Volume 1:** Arquitetura Organizacional, Benchmarking, Empowerment, Gestão pela Qualidade Total, Reengenharia. 4. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Atlas, 2010. 311 P. (Verificar N de Págim Isbn 9788522449989. Santana, José Luiz De; Santana, Valéria



Régia De. **as Perspectivas do Front:** Gestão de Negócios e Organizações : em Busca do Sucesso e da Excelência. Rio de Janeiro, Rj: Qualitymark, 2012. Xv, 262 P. Isbn 9788573039856. Cheng, Lin Chih; Melo Filho, Leonel Del Rey De. **Qfd:** Desdobramento da Função Qualidade na Gestão de Desenvolvimento de Produtos. 2. Ed. Rev. São Paulo, Sp: Blücher, 2014. 539 P. Isbn 9788521205418.

- PRÁTICAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS II: Métodos de Mapeamento, Modelagem e Redesenho. Mensuração e Avaliação do Desempenho de Processos. Governança de Processos. Transformação Digital. Gestão da Mudança. Pesquisa Aplicada/Visita Técnica. Bibliografia Básica: Oliveira, D. P. R. Administração de Processos: Conceitos, Metodologia e Práticas. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Baldam, Roquemar de Lima Et Al. **Gerenciamento de Processos de Negócios:** Bpm - Business Process Management. 2. Ed. São Paulo, Sp: Érica, 2014. 240 P. Isbn 9788536501758. Araújo, L. C. G. Gestão de Processos: Melhores Resultados e Excelência Organizacional. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Bibliografia Complementar: Lozada, Gisele. Controle Estatístico de Processos. Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595021174 Araújo, Leonardo; Gava, Rogério. **Empresas Proativas:** Como Antecipar Mudanças no Mercado. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, C2012. 357 P. Isbn 9788535245691. Pmi. Gerenciando Mudanças nas Organizações: um Guia de Práticas. São Paulo: Saraiva, 2017. Fernandes, Aguinaldo Aragon; Abreu, Vladimir Ferraz De. **Implantando a Governança de Ti:** da Estratégia à Gestão dos Processos e Serviços. 3. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Brasport, 2012. 615 P. Isbn 9788574524863. Pereira, Maurício Fernandes. **Planejamento Estratégico:** Teorias, Modelos e Processos. São Paulo, Sp: Atlas, 2010. 141 P. Isbn 9788522458639.

- REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, TITULOS E DOCUMENTOS: Lei nº 6.015/1973. Atribuições. Livros e Classificadores em geral e específicos do serviço notarial. Escrituração. Ordem do serviço. Registro Civil das Pessoas Naturais em geral. Penalidades. Retificações. Restaurações. Suprimentos. Traslados de Assentos Lavrados no Exterior. Reconhecimento de Firmas e Autenticações. Lei nº 8.069/1990. Atos notariais em geral e em espécie. Os documentos necessários para prática de atos notariais. As certidões negativas. Arquivamento e Dispensa de Arquivamento. Publicidade. Certidões. Comunicações. Conservação. Responsabilidade. Resolução nº 35/2007 do CNJ que disciplina a aplicação da Lei Federal nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro Bibliografia Básica: Souza, Eduardo Pacheco Ribeiro De. **Noções Fundamentais de Direito Registral e Notarial.** São Paulo, Sp: Saraiva, 2011. 382 P. (Direito Registral e Notarial). Isbn 9788502082946. Ferreira, Gabriel Bonesi *Et Al.* (Null). **Registro de Títulos e Documentos.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556900841. Paiva, João Pedro Lamana; Alvares, Pércio Brasil (Null). **Registro de Títulos e Documentos.** 3. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. 1 Recurso Online. (Cartórios). Isbn 9788547233648. Bibliografia Complementar: Ceneviva, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada.** 12. Ed., Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 1997. 553 P. Isbn 8502021869. Marin, Plínio. **Prática de Registros Públicos:** Notas, Formulários e Explicações, Registro de Imóveis e Anexos, Registro de Títulos e Documentos e Protesto de Títulos, Tabelionato de Notas, Escritania Geral. 5. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 1983. 349 P. Ferreira, Paulo Roberto Gaiger. **Tabelionato de Notas, V. 1** Teoria Geral do Direito Notariale Minutas. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Cartórios). Isbn 9788553601363.

- REGISTRO DE IMÓVEIS: Lei nº 6.015/1973. Legislação acerca do registro imobiliário. Registro imobiliário e sua evolução. Sistemas registrais. Livros obrigatórios, fôlho real, matrícula, inscrição, registro e averbação. Processo geral de registro e procedimentos dos serviços. Atos, nulidades e cancelamento do registro. Bibliografia Básica: Loureiro, Luiz Guilherme. **Registros Públicos** Teoria e Prática.



6. Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5862-6. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário: Teoria e Prática.** 17. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559642021. Salles, Venício. **Direito Registral Imobiliário.** 3. São Paulo: Saraiva Jur, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788502219380. **Bibliografia Complementar:** Avvad, Pedro Elias. **Direito Imobiliário.** 4ª Ed. São Paulo: Forense. 2014. Isbn: 9788530951382 Ferreira, Paulo Roberto Gaiger. **Tabelionato de Notas, V. 1** Teoria Geral do Direito Notariale Minutas. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Cartórios). Isbn 9788553601363. Silva, Bruno Mattos E. **Compra de Imóveis** Aspectos Jurídicos, Cautelas Devidas e Análise de Riscos. 12. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017908.

- RESPONSABILIDADE CIVIL: Conceito. Elementos essenciais. Responsabilidade civil e dignidade humana. Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Abuso de direito e responsabilidade civil. Novos paradigmas da responsabilidade civil. Responsabilidade pressuposta. Responsabilidade civil do transportador. Do profissional liberal. Do segurador. Excludentes da responsabilidade civil. O dano e sua reparação. Punitive damages. **Bibliografia Básica:** Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 4:** Responsabilidade Civil. 15. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553615957. Miragem, Bruno. **Responsabilidade Civil.** 2. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788530994228. Bittar, Carlos Alberto. **Reparação Civil por Danos Morais.** 4. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502223233. **Bibliografia Complementar:** Farias, Cristiano Chaves De. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil.** 4. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553612086. Gaglianpo, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo (Null). **Novo Curso de Direito Civil, V. 3:** Responsabilidade Civil. 18. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553617708. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 14. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025422.

- RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES: Evolução do conceito de responsabilidade social; Bases teóricas para o estudo da responsabilidade social das organizações; Padrões e normas; As organizações e o desenvolvimento local sustentável. **Bibliografia Básica:** Oliveira, José Antonio Puppim De. **Empresas na Sociedade:** Sustentabilidade e Responsabilidade Social. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2008. 188 P. Isbn 978-85-352-4554-7. Barbieri, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial:** Conceitos, Modelos e Instrumentos. 4. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2016. Xvi, 296 P. Isbn 9788547208219. Freitas, Juarez. **Sustentabilidade:** Direito ao Futuro. 3. Ed. Belo Horizonte, Mg: Fórum, 2016. 374 P. Isbn 9788545001195. **Bibliografia Complementar:** Comunicação Empresarial e Sustentabilidade. Barueri, Sp: Manole, 2015. 220 P. Isbn 978-85-204-3840-4. Kruglianskas, Isak; Pinsky, Vanessa Cuzziol (Org.). **Gestão Estratégica da Sustentabilidade:** Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. 229 P. Isbn 9788535275490. Spers, Valéria Rueda Elias; Siqueira, Elisabete Stradiotto (Org.). **Responsabilidade Social:** Conceitos, Experiências e Pesquisas. Itu, Sp: Ottoni Ed., 2010. 311 P. Isbn 9788574645681. Barbieri, José Carlos; Cajazeira, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável:** da Teoria à Prática : Inclui a Norma Iso 26000. 2. Ed. Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Saraiva, 2015. 254 P. Isbn 9788502162792. Souza, Adriana Gomes De. **Responsabilidade Social Empresarial:** Ética ou Marketing? Rio de Janeiro, RJ: Synergia, 2011. 72 P. Isbn 9788561325091.

- SISTEMA JURÍDICO DA PRIVACIDADE E INFORMAÇÃO: Direito à privacidade e proteção de dados; conceito de privacidade (liberdade positiva x negativa); ressignificação da privacidade no mundo digital. Constituição Federal; leis setoriais



brasileiras - LAI; casos; Panorama geral da Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira; estrutura e aplicação da LGPD. direito de informação; direito de portabilidade; direito de revisão de decisões automatizadas. Responsabilidade civil dos agentes de tratamento e incidentes de segurança. **Bibliografia Básica:** Jussara de Oliveira Machado Polesel. **Cibersegurança, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.** Editora Educus, 2021. 143 P. Isbn 9786558070887. Arthur Pinheiro Basan. **Publicidade Digital e Proteção de Dados Pessoais: o Direito ao Sossego.** Editora Foco, 2021. 264 P. Isbn 9786555152036. Giovanna Milanez Tavares. **o Tratamento de Dados Pessoais Disponíveis Publicamente e os Limites Impostos pela Lgpd.** Editora Processo, 2022. 257 P. Isbn 9786589351825. **Bibliografia Complementar:** Pinheiro, Patricia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei N. 13.709/2018 (Lgpd).** 3. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555595123. Isadora Formenton Vargas. **Drones e Direitos de Personalidade: Delimitações Contemporâneas da Ilícitude.** Editora Foco, 2021. 144 P. Isbn 9786555153538. Organizadora Michele da Costa Galvão. **Fundamentos em Segurança da Informação.** Editora Pearson, 2015. 128 P. Isbn 9788543009452.

- SISTEMAS ELETRÔNICOS JUDICIAIS: Governo digital. Digitalização do Judiciário e Justiça. Processos administrativos digitais. Certificação digital. Processo digital e fluxos de informação. Lei 11.419/06. **Bibliografia Básica:** Veneral, Débora Cristina (Org.). **Juizados Especiais, Processo de Conhecimento e Processo Eletrônico.** Editora Intersaberes, 2017. 354 P. Isbn 9788559724394. Abrão, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico** Processo Digital. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011784. Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 25. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559642892. **Bibliografia Complementar:** Cleyson de Moraes Mello; Antônio Pereira Gaio Júnior. **Código de Processo Civil Comentado: Lei Nº 13.105/2015 Atualizada pela Lei Nº 14.195/2021.** Editora Freitas Bastos, 2022. 1208 P. Isbn 9786556750941. Richardson Xavier Brant. **Inovações do Código de Processo Civil.** Editora Del Rey Bvu, 2021. 252 P. Isbn 9786557910313. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1:** Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento, Procedimento Comum. 61. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989750.

- TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS: Teoria Geral dos Atos Notariais. Teoria Geral dos Registros Públicos. Delegação e aspecto institucional dos serviços registrais. Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973). Direitos e deveres de Tabeliães, Oficiais de Registro e seus prepostos. **Bibliografia Básica:** Souza, Eduardo Pacheco Ribeiro De. **Noções Fundamentais de Direito Registral e Notarial.** São Paulo, Sp: Saraiva, 2011. 382 P. (Direito Registral e Notarial). Isbn 9788502082946. **Direito Registral e Notarial: Legislação Federal, Específica e Complementar, para Registradores e Notários.** São Paulo: Atlas, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788522490462. Ferreira, Paulo Roberto Gaiger. **Tabelionato de Notas, V. 1** Teoria Geral do Direito Notariale Minutas. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Cartórios). Isbn 9788553601363. **Bibliografia Complementar:** Pedroso, Regina. **Direito Notarial e Registral Atual.** 2. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6740-6. Duarte, Melissa de Freitas. **Sistema Registral e Notarial Brasileiro.** Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024854. Moraes, Emanuel Macabu. **Protesto Notarial** Títulos de Crédito e Documentos de Dívida. 3. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502220508.

- TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS E BENS: Princípios. Pessoas. Capacidade. Domicílio. Bens. **Bibliografia Básica:** Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 1:** Lei de Introdução e Parte Geral. 16. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn



9788530989309. Cleyson de Moraes Mello. **Direito Civil - Parte Geral**. Editora Processo, 2022. 976 P. Isbn 9786553780040. Rogério Andrade Cavalcanti Araujo. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**. Editora Foco, 2021. 608 P. Isbn 9786555153637. **Bibliografia Complementar**: Tartuce, Flávio. **Manual de Direito Civil, Volume Único**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989040. Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Civil: Parte Geral. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609680. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 1: Parte Geral**. 20. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597024654.

## 7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

Este Curso Superior de Tecnologia, vinculado à Agência de Educação Digital e a Distância - Agead, será implantado a partir de 2023.1.

## 8. POLÍTICAS

### 8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

### 8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.

A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, pois de forma geral, tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva. Entre as atividades da Seaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia



assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Seaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Seaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

A Seaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Seaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de "Atendimento Educacional Especializado", ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por **e-mail**, ou mediante Comunicação Interna (CI) com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição. Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012- CNE/CP).

Cabe-se também esclarecer que a Seaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura (Dinfra/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das próreitorias e é presidido por um representante da Seaaf/DIIEST/Proaes.





No âmbito do Câmpus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

### 8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

### 8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As temáticas sobre Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico Raciais serão tratadas em algumas disciplinas optativas, mas principalmente de forma transversal em disciplinas obrigatórias, contínua e permanente, conforme disposto nos dispositivos legais, ao longo do Curso por meio da contextualização do conhecimento utilizando-se situações problematizadoras, nas quais estes aspectos sejam discutidos.

## 9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e
- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o estudante que obtiver, frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina.

A quantidade e a natureza das avaliações serão os mesmos para todos os estudantes matriculados na turma.

### 9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO



O processo de autoavaliação do Curso é concebido como uma condição fundamental para embasar o aprimoramento da sua gestão, podendo contribuir de forma significativa para a constante reorientação de suas ações. Está em consonância com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual é composto por três pilares:

- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- Avaliação Externa, executada in loco por uma Comissão indicada pelo MEC;
- Autoavaliação institucional, executada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição.

A UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada. Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

Os questionários para a avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SIAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacaoinstitucional>) e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado Especial do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos estudantes. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desses questionários são coletados e serão utilizados pela CSA para elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade e pela CPA para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI).

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-seá o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

O NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso, com base nas informações advindas dos relatórios da CPA/UFMS, deverá realizar, em suas reuniões, propostas de melhorias do curso, com discussão sobre os principais pontos levantados pelo relatório anual da CPA, com medidas corretivas a serem implementadas e, se necessário, alterações no Projeto Pedagógico do Curso, o qual deverá ser aprovado pelo Colegiado Especial de Curso.

### 9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

As normas das ações de Ensino da UFMS, de modo geral, são regidas por meio da Resolução nº 294-COGRAD/UFMS, de 21 de maio de 2021. São diretrizes das Ações de Ensino na UFMS:

I – estimular o fortalecimento e o desenvolvimento do ensino de graduação, com desenvolvimento de habilidades e competências para atuação profissional;



II – consolidar ações de promoção da aprendizagem no intuito de migrar a evasão, a retenção e a reprovação, e aumentar a taxa de sucesso;

III – incentivar a produção de materiais institucionais de apoio ao ensino de graduação e viabilizar a promoção de ações inovadoras; e

IV – estimular a atualização e a inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e a interação com a pós-graduação.

Os acadêmicos da UFMS são incentivados à participação em diferentes atividades, tais como:

I – Projeto de Ensino de Graduação (PEG);

II – Programa Institucional de Monitoria;

III – Programa de Ligas Acadêmicas;

IV – Programa Equipes de Competição;

V – Programa de Aprimoramento do Resultado do Estudante

(PARE);

VI – Programa de Educação Tutorial (PET);

VII – Programa de Educação Pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde);

VIII – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid);

IX – Programa Institucional de Residência Pedagógica (RP); e

X – Projetos Especiais de Ensino de Graduação (PEEG).

Particularmente, o Programa Institucional de Monitoria (PIM) no Ensino de Graduação da UFMS está regulamentado pela Instrução Normativa nº 49-PROGRAD/UFMS, de 28 de maio de 2021, cujo principal objetivo é contribuir para qualidade de formação dos estudantes, por meio da mediação dos Monitores nos processos pedagógicos, criando condições para o aprofundamento teórico e prático para o desenvolvimento de habilidades, com aumento da taxa de sucesso dos Cursos de Graduação. A seleção dos acadêmicos para monitores é realizada por meio de editais específicos, e exige-se carga horária semanal mínima de vinte horas na condição de remunerado e doze horas na condição de voluntário.

#### 9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.



## 10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

### 10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

As Atividades Orientadas de Ensino são estudos orientados por um docente, realizadas por um acadêmico ou grupo de acadêmicos com o objetivo de induzir o contato com conhecimento recente e inovador de uma subárea da área de formação do Curso. Caracterizam-se por serem estudos a partir de bibliografia da área (livros, artigos, vídeos, etc.) que aprofundam o entendimento do estudante de uma subárea da sua área de formação, satisfazendo algum centro de interesse. São atividades desenvolvidas de forma autônoma.

O orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao estudante, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante, orientando-o sobre quais procedimentos deve tomar.

Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos. As Atividades Orientadas de Ensino são regidas por regulamento específico.

A carga-horária deste componente curricular não disciplinar poderá ser aproveitada como complementar optativa.

### 10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Para expandir as experiências dos estudantes e garantir a dinamicidade do Curso consolidando a sua formação por meio de um currículo flexível e integrador, propõe, de forma obrigatória, as Atividades Complementares que são entendidas como momentos privilegiados de exercício da prática do futuro profissional tecnólogo.

As Atividades Complementares são aquelas atividades extraclasse consideradas relevantes para a formação do estudante. São atividades enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo avaliativo de acordo com regulamento específico. Consideradas componente curricular, é normatizada pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de novembro de 2021.

A tipologia das Atividades Complementares é definida em regulamento geral do Conselho de Graduação (parágrafo 2º do Art. 8º da Resolução 430/2021-Cograd) e poderá incluir: disciplinas cursadas como enriquecimento curricular; Estágio não Obrigatório; Iniciação Científica; participação em palestras, congressos, encontros, seminários, fóruns, visitas técnicas, participação em projetos, e ainda, outras atividades. De acordo com o estabelecido pelo Colegiado Especial de Curso, o cumprimento da carga horária fixada para as Atividades Complementares é requisito indispensável à conclusão do Curso e à colação de grau.

Essas atividades devem ser cumpridas fora das atividades regulares das disciplinas do curso e deverão ser comprovadas pelo próprio estudante, mediante atestados, declarações e certificados entregues ao professor coordenador das Atividades Complementares, que manterá uma pasta para cada estudante regularmente matriculado no Curso. Cumpre destacar que até 20% da carga horária das Atividades Complementares podem ser utilizadas para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS.

Somente serão computadas, a título de Atividades Complementares, aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso.

### 10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO



Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS: O compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com o respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Um pressuposto indispensável para este desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade.

Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, este Curso de graduação prevê o cumprimento de 160 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS, de forma a estimular a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

#### **10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)**

O curso é ofertado na modalidade a distância, e deste modo, o processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA UFMS) e outras tecnologias digitais, além das atividades nos polos de apoio presencial.

O calendário dos encontros presenciais e das atividades a distância será elaborado pela Coordenação do Curso (Presidente do Colegiado Especial de Curso), em conjunto com o Colegiado Especial de Curso, com os professores e a Agência de Educação Digital e a Distância, observados os prazos definidos pelo Calendário Acadêmico e a disponibilidade dos Polos.

Os encontros presenciais, que poderão ser síncronos por meio de TICs, poderão ocorrer às sextas-feiras e aos sábados, preferencialmente, nos seguintes horários: sextas-feiras das 19h às 23h; e sábados das 7h às 23h. Eventualmente, poderão ser oferecidos encontros presenciais em outros dias e horários, para atender às necessidades específicas do Curso.

Será realizado, pelo menos, um encontro presencial obrigatório por semestre, momento em que os professores responsáveis pelas disciplinas ministram aulas no polo, realizam dinâmicas de estudo e aplicam as avaliações finais de curso. Nestes momentos também poderão ocorrer atividades de extensão, dentre outras possibilidades de integração entre estudantes e professores. A presença dos acadêmicos nestes momentos é obrigatória.

Os encontros não presenciais podem ser desenvolvidos em dias diversos da semana em horários a serem combinados entre os professores, tutores e estudantes, de acordo com os recursos e metodologias previamente informados no plano de ensino.

A presença dos estudantes durante os encontros não presenciais é facultativa.

#### **10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO**

O Curso permite que o estudante, se assim quiser, faça o Estágio Não Obrigatório. Essa modalidade de estágio é aquela de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos do estudante, e poderá ser considerado como atividade complementar, de acordo com Regulamento próprio.

De forma articulada, interdisciplinar e sob a orientação de um professor, essa modalidade de estágio permite ao aluno conhecer, de perto, as dinâmicas dos campos organizacionais, para assim atingir os objetivos de forma mais eficaz.

#### **10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO**

Indireta.

#### **10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS**



Os acadêmicos da UFMS são incentivados à participação em diferentes atividades, tais como:

- Atividades de monitoria de ensino e graduação;
- Projetos de Ensino e Graduação (PEG);
- Programas/projetos/atividades de iniciação científica, de iniciação à docência e/ou em práticas de investigação;
- Atividades de extensão;
- Atividades decorrentes do recebimento de Bolsa Trabalho;
- Atividades decorrentes do recebimento de Bolsa Permanência;
- Atividades articuladas com a comunidade.

A Monitoria de Ensino de Graduação Voluntária está regulamentada pela Resolução nº 342, Coeg, de 22 de junho de 2015, cujos principais objetivos são:

- Incentivar a participação do acadêmico nas atividades de ensino e graduação;
- Despertar no acadêmico o interesse pela docência;
- Contribuir com qualidade do ensino de graduação.

A seleção dos acadêmicos para monitores é realizada pelos cursos, sob a responsabilidade da Agência de Educação Digital e a Distância. O tempo de dedicação dos estudantes monitores às disciplinas é de, no mínimo, doze horas semanais.

#### 10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

Não se aplica ao curso

### 11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

A produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Agência de Educação Digital e a Distância (Agead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da mesma Agead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes da publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

### 12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

Para a oferta deste Curso, a UFMS possui Polos nos seguintes



municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas, Coxim, Corumbá, Naviraí, Chapadão do Sul, Nova Andradina, Ponta Porã e Paranaíba. Todos estes polos são câmpus da UFMS, com estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem. Isto posto, o Curso poderá utilizar-se de toda a infraestrutura física e lógica da UFMS. Particularmente, o polo de Campo Grande possui sede no prédio da AGEAD (Setor 2 - Bloco 6).

O espaço físico da AGEAD também funciona como infraestrutura para o polo de Campo Grande. A Infraestrutura da AGEAD conta com 9 (nove) salas de aula multiuso, todas com projetor multimídia, algumas com capacidade para 55 pessoas e outras com capacidade para 80 pessoas; um Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova) atuando como sala de videoconferência / estúdio para gravação e transmissões síncronas; dois laboratórios de informática, um com 44 computadores e o outro com 25 computadores; um auditório com projetor, TV, sistema de áudio completo e capacidade para 126 pessoas; dois estúdios para gravação de videoaulas com dois ambientes (incluindo **chroma key**); um Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica (LabCrie) atuando como ambiente de formação de professores por meio de aprendizagem “mão na massa”, quatro banheiros acessíveis (dois masculinos e dois femininos), além de sinal de internet com e sem fio em toda sua extensão.

No geral, a UFMS possui prédios destinados a salas de aula, salas coletivas de professores, espaços de trabalho para docentes em tempo integral, espaços de trabalho para o coordenador, salas para atendimentos dos alunos, bibliotecas, ambientes profissionais vinculados ao Curso, laboratórios, auditórios, salas administrativas, oficinas e banheiros acessíveis, distribuídos pela cidade universitária, pelos nove câmpus e duas bases de estudos e pesquisa.

A área construída nos nove câmpus fora da sede e nos institutos, faculdades e escola da Cidade Universitária é de cerca de 152.047,56 m<sup>2</sup>. As três maiores unidades em área construída são: o Campus de Três Lagoas (20.007,57 m<sup>2</sup>), o Câmpus do Pantanal (17.848,05 m<sup>2</sup>) e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (11.786,73 m<sup>2</sup>). Ao contabilizar também as unidades administrativas e demais edificações, totalizam cerca de 282.240,89 m<sup>2</sup>.

Todos os câmpus possuem anfiteatros/auditórios, aos quais, dispõem de um total aproximado de 3.500 assentos. Ao todo, a UFMS possui 343 salas de aula, sendo: 72 com capacidade máxima de 30 estudantes, 234 com capacidade máxima de 60 estudantes e 37 que podem receber mais de 60 estudantes. Já os laboratórios somam 702 unidades, onde temos 116 depósitos diversos e 5 oficinas que atendem de formas variadas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo dotados de equipamentos e demais recursos de acordo com as necessidades de sua área de atuação. Entre refeitórios, copas e cantinas, são 114 espaços. Os gabinetes administrativos somam 267 espaços e os professores contam com 553 gabinetes para trabalho e 166 banheiros adaptados.

Em relação às outras instalações que compõem a UFMS, podemos citar: salas de coordenadores, salas para técnicos de laboratórios, gabinetes de estudantes, bibliotecas, salas de pós-graduação, salas de reunião, salas de estudos, salas da residência, salas de projetos externos, alojamentos, espaços de convivência, salas de atendimento, consultórios de psicologia e fonoaudiologia, centros acadêmicos, empresas juniores, observatórios de turismo, salas para raio-X e técnicas cirúrgicas, farmácias, arquibancadas para aula, salas para odontologia, biotério, salas para animais, salas para lavagens, lavanderias e sala para quarentena.

A infraestrutura física da UFMS conta também com diversos outros prédios e instalações, que proporcionam a realização de atividades acadêmicas e administrativas, atendendo as comunidades interna e externa e contribuindo para a realização da missão institucional, como o Teatro Glauce Rocha, o Estádio Pedro Pedrossian, o ginásio de esportes Eric Tinoco (Moreninho) os Complexos Multiusos e poliesportivos, o Hospital Veterinário, as clínicas de atendimento, entre outros.



Na constante busca pelo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, a UFMS reconhece que uma infraestrutura moderna e adequada é um fator relevante para o aprendizado e a satisfação dos estudantes, sendo certo que os investimentos em expansão na infraestrutura dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão têm sido colocados como uma prioridade para o desenvolvimento da própria instituição. Com efeito, esforços estão sendo envidados para garantir à UFMS um crescimento que produza reflexos na qualidade da formação dos estudantes e na capacidade gerencial de alocação do investimento público.

### **13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO**

No decorrer do Curso, haverá incentivo a participação dos acadêmicos em eventos voltados ao uso das novas tecnologias, visitas técnicas aos espaços de produção, utilização do laboratório de informática, entre outras tecnologias que contribuam com o aprimoramento da formação dos profissionais.

Tais atividades serão previstas nos planos de ensino dos docentes. Para tanto, incentivará, também, a participação de seus docentes e técnico-administrativos em Oficinas e Seminários que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino/aprendizagem para que promovam, no âmbito do Curso, as inovações desejadas.

A AGEAD, periodicamente, promove a disponibilização de materiais instrucionais online para a capacitação dos docentes, servidores técnico-administrativos e acadêmicos, no uso das tecnologias digitais, com a utilização do AVA UFMS. Este Ambiente Virtual de Aprendizagem também possibilita o professor desenvolver uma diversidade de práticas pedagógicas e **feedbacks** personalizados a cada estudante, considerando o perfil, o ritmo e as especificidades de cada estudante, permitindo o aprendizado e o acompanhamento mais personalizado de cada estudante.

No que diz respeito a mídias sociais, a publicação de notícias, eventos e avisos é feita principalmente a partir dos conteúdos publicados no portal da universidade ([www.ufms.br](http://www.ufms.br)). A AGECOM é a responsável pela criação e publicação de conteúdos desenvolvidos exclusivamente para as redes sociais (memes, gifs, etc.), postando-os diretamente na plataforma. Tendo em vista a característica do público presente nas redes sociais da UFMS, a linha editorial do conteúdo de suas plataformas prioriza a propagação e publicação de notícias, eventos e avisos de interesse da Comunidade Acadêmica e Sociedade.

Assim, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) adotadas no processo de ensino e aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

### **14. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao considerar o presente Projeto Pedagógico de natureza flexível, entende-se que este deve ser avaliado constantemente para o seu aprimoramento, buscando desta forma incorporar avanços no sentido de melhorar continuamente a formação do Curso, através do processo ensino-aprendizado igualmente inovador.

O presente Projeto Pedagógico evidenciou o histórico do Curso e sua justificativa no contexto da dinâmica e necessidades da sociedade sul-matogrossense. Apresentou e discutiu as dimensões formativas, estratégias para o desenvolvimento de ações interdisciplinares, para integração dos componentes curriculares, metodologias de ensino, e ainda, o perfil desejado do egresso. A administração acadêmica do Curso foi apresentada, bem como a estrutura curricular do Curso. Elementos que demonstram a política para diferentes questões da vida





acadêmica foram também apresentadas, assim como o sistema de avaliação do processo formativo. Por fim, foram apresentadas as atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação. Todos os esforços conjugados nas dimensões apresentadas convergem para que o estudante, ao concluir o Curso, seja capaz de realizar escolhas a respeito de sua carreira, que lhe permita o desenvolvimento profissional, a partir de uma visão crítica da realidade social por meio das tecnologias.

## 15. REFERÊNCIAS

- FIORENTINI, L.M. R. e RODRIGUES, M. A. M. (orgs.) Brasília Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010. 264 p.; 24 cm. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-publicados-pela-catedra/educacao-superior-a-distancia/livro-educacaosuperior-a-distancia-comunidade-de-trabalho-e-aprendizagem-em-rede-ctar>
- MEC. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica (2017). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizespublicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizespublicacao&Itemid=30192) . Acesso em 23 de fev de 2022.
- PONTES, Élcio Bezerra. A Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR) na Faculdade de Educação da UnB. In. SOUZA, A.M.;